



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 752 - DE 9 A 22 DE NOVEMBRO DE 2025 - R\$ 5,00



Chacina nos Complexos do Alemão e da Penha



**POR UM TRIBUNAL POPULAR, ORGANIZADO PELOS
SINDICATOS E MOVIMENTOS POPULARES, PARA INVESTIGAR,
JULGAR E PUNIR OS CRIMES DE CLASSE DA BURGUESIA E DE
SEUS GOVERNOS CONTRA OS TRABALHADORES!**

**Por uma resposta própria à violência e à barbárie social desfechadas
pelo governador Cláudio Castro (PL) contra as massas exploradas
É obrigatório pôr à luz as raízes da barbárie social. Somente o
programa da classe operária responde à opressão de classe**

Crise mundial do capitalismo
Instabilidade política e tendências bélicas
**Organizar a classe operária com seu programa e
no campo da independência política**

108

anos da Revolução Russa

*Realizado o ato do Partido Operário Revolucionário (POR).
Fortalecer a construção do POR e lutar pela reconstrução do
Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.*



Instabilidade econômica e tendências bélicas

A instabilidade econômica e as tendências bélicas estão intimamente interligadas. Não é de agora que se manifestam. Pode-se reconhecê-las em alguns anos atrás e mesmo décadas. É necessário, portanto, identificar as particularidades do momento. A mais recente manifestação ocorreu com a eleição de Trump nos Estados Unidos, mudança de política externa em relação ao governo Biden em importantes aspectos e, marcadamente, o lançamento das tarifas. As ações de Trump nesse terreno agudizaram a guerra comercial e aumentaram a instabilidade no mercado mundial e nos mercados nacionais e regionais.

Para exercer a força econômica, os Estados Unidos passaram a usar o poder militar. Não que tivessem deixado de usá-lo em algum momento. Mas há uma clara intensificação no impulso do complexo industrial militar. Trump tem perfeita clareza de que uma guerra comercial sem impõe, em última instância, pela via da força das armas. Assim que lançou o novo sistema de tarifas, desconhecendo antigas relações estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial, de maneira a dar um golpe fatal na Organização Mundial do Comércio (OMC), ameaçou uma intervenção militar no Canal do Panamá e identificou objetivamente a China como a principal potência econômica que passou a concorrer fortemente em todo o mundo e, como não poderia deixar de ser, na América Latina.

Trump deu um ultimato à União Europeia para despendar mais recursos com a OTAN e, assim, assinalar o caminho da confrontação com a Rússia, envolvida na guerra da Ucrânia. Conseguiu ditar as tarifas aos europeus e evitar um distanciamento, provisoriamente, com os Estados Unidos. O problema principal está em como alinhar a Europa contra a China. A Rússia está em segundo plano, para os Estados Unidos, mas não para a União Europeia, no marco da crescente instabilidade e escalada militar.

O rearmamento da Europa, puxado pela Alemanha, Reino Unido e França, é o sinal mais novo da guerra comercial e do impulso militarista. O imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, vem respondendo às mudanças na economia mundial, que se desmontaram nas décadas 1980 e 1990, com uma movimentação voltada a um grande confronto internacional, tendo a China como o principal pilar a ser demolido. O país asiático tem respondido com o seu fortalecimento bélico. A Rússia para sustentar a guerra na Ucrânia e fazer frente à OTAN, por sua vez, empenha uma parcela significativa de seu PIB em armamento.

As acusações sobre a reanimação do armamento nuclear dão a dimensão da gravidade dessa escalada. Um fato de grande transcendência foi o que se chamou “guerra de doze dias” contra o Irã em que os Estados Unidos e Israel bombardearam suas usinas nucleares. Depois desse acontecimento, a China e a Rússia condenaram o fato de Trump anunciar o retorno aos testes de armas nucleares, infringindo o Tratado de Proibição de Testes Nucleares, assinado em 1996. A Coreia do Sul indicou que está em andamento a construção de um submarino atômico, com o apoio dos Estados Unidos. O mais recente atrito entre a Rússia e os Estados Unidos se deu em torno ao experimento de mísseis portadores de ogivas nucleares pelas duas potências atômicas.

Os dados sobre os gastos militares mundiais, divulgados pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI), mostram que, em 2024, foram aplicados mundialmente US\$ 2,718 trilhões, um aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Os Estados Unidos sustentaram 37% desse total, destinando US\$ 997 bilhões. A China aparece em segundo lugar, com 12%, o equivalente a US\$ 314 bilhões. A Rússia responde por 5,5%, cerca de US\$ 149 bilhões. Já a soma dos 32 países da OTAN atingiu a expressiva cifra de US\$ 1,506 trilhão, correspondendo a 55% do orçamento militar mundial.

Nesse quadro de ascenso bélico, se tem o crescimento da dívida mundial. Apurou-se que, também em 2024, governos e empresas foram ao mercado financeiro e obtiveram um crédito de US\$ 25 trilhões. Comparativamente, o estudo revela um aumento do endividamento em US\$ 10 trilhões em relação a 2019 e três vezes mais que o de 2007. A estimativa é que a dívida pública mundial avance em 2025 e alcance o monumental valor de US\$ 100 trilhões, ou seja, 95,1% do PIB mundial. As potências imperialistas são as que mais arcam com o endividamento. Avalia-se que cerca de 65% da dívida global pertence, concentradamente, ao Japão, Estados Unidos e Europa.

O parasitismo financeiro se agigantou em meio e por cima da economia real. Combinam-se excessos de gastos militares com excessos de endividamento dos Estados e empresas. O que indica a forte tendência de quebra econômico-financeira no futuro não muito distante.

O prenúncio econômico negativo implica consequências políticas e militares. As de ordem política se manifestam em profundas divisões no seio da burguesia e em choques em torno ao poder. É o que se verifica a começar pela grande instabilidade nas relações de poder nos Estados Unidos. As divisões e choques na União Europeia e Reino Unido não são de menor importância para a situação mundial convulsiva.

No Oriente Médio, a paz do cemitério ditada por Trump aos palestinos está longe de estabilizar os profundos desequilíbrios que historicamente provocam levantes, guerras civis e intervencionismo imperialista.

Na Europa, a guerra na Ucrânia prossegue destrutivamente. Nada indica que as ações de Trump para impor um cessar-fogo possam alterar o choque da Rússia com as potências europeias.

Na América Latina, recrudescem as disputas entre frações francamente pró-imperialistas e as de traços nacionalistas. No fundo, em sua base, se encontra a luta de classes. O capitalismo não pode realizar nenhuma reforma progressiva e as políticas governamentais de amenizar a miséria e a fome estão em colapso. Há um aspecto central da crise política, que diz respeito às ações dos Estados Unidos para que os países, em especial os da América Latina, se alinhem em sua guerra comercial contra a China.

Ao mesmo tempo em que Trump faz um acordo com Xi Jinping em torno ao fornecimento de terras raras pelo Estado chinês e compra de soja dos Estados Unidos, recrudescem o cerco à Venezuela e Colômbia para que rompam relações com a China. Nesse mesmo sentido, as negociações de Trump com o Brasil, duramente atingido pelo tarifaço, tem como diretriz

afastar a China das fontes brasileiras de matérias-primas.

É descarado o uso do álibi sobre o “narcoterrorismo” para reinstalar bases militares na América Latina. Chegou-se ao ponto de o Equador estar prestes a realizar uma “consulta popular”, que autorize o governo à reinstalação das bases militares norte-americanas em Manta e Salinas. A previsão de que a reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e da União Europeia (UE), no dia 9 de novembro, para discutir um possível apoio à Venezuela e Colômbia, fracassará, uma vez que os Estados Unidos atuaram para que houvesse um boicote.

A instabilidade na América Latina ganha projeção com as decisões militaristas dos Estados Unidos. As frações da burguesia latino-americana e a maioria de seus governos são suscetíveis às determinações do imperialismo norte-americano. O problema está em que a situação econômica do capitalismo obriga tais frações e governos a continuarem impondo contrar-

reformas, que no fundo são pró-imperialistas. E dificilmente os países que passaram comercialmente a contar com a China têm como bloquear o avanço dos capitais chineses.

A situação de vida da maioria oprimida é dramática. A matança ocorrida no Rio de Janeiro pela polícia, em nome de destruir o narcoterrorismo, mostra a que ponto chegou a decomposição do capitalismo.

A compreensão sobre a instabilidade política e as tendências bélicas pela vanguarda com consciência de classe é a condição para se organizar a luta da classe operária, dos camponeses e dos demais trabalhadores sobre a base do programa de defesa dos explorados e da estratégia da revolução social. Está posta para as organizações classistas a tarefa de pôr em pé um movimento anti-imperialista e anticapitalista. A luta em torno à defesa incondicional da Venezuela e Colômbia norteia o trabalho pela formação da frente única anti-imperialista.

Governador do Rio de Janeiro decidiu pela matança

É obrigatório pôr à luz a raízes da barbárie social

Somente o programa da classe operária responde à opressão de classe

O massacre de 28 de outubro

As primeiras notícias da invasão policial aos Complexos do Alemão e da Penha mostravam cerca de 60 mortos. Mas, a previsão jornalística era de que poderia ser muito maior. Ocorre que as forças policiais se retiraram depois de horas de caça aos membros da facção narcotraficante Comando Vermelho e de confrontação, deixando para trás os cadáveres embrenhados na mata que separa o Alemão e a Penha. A população e parentes adentraram a essa parte do campo de guerra e foram recolhendo os corpos. A cada momento, se encontrava mais e mais vítimas do fuzilamento.

A Praça São Lucas, na Penha, serviu de palco à exposição dos cadáveres que foram recolhidos na madrugada do dia seguinte. Os moradores os estenderam em uma longa fileira. Os familiares identificavam filhos, irmãos, sobrinhos e maridos entre os mais de 70 mortos. A consternação daqueles que velavam a imensa fila dos assassinados retratou um dos momentos mais dramáticos da chacina desfechada pelas forças policiais. Ali estava a céu aberto uma obra típica da barbárie social. O quadro dantesco estava incompleto. Logo as autoridades do governo do estado do Rio contabilizaram 121 mortos, entre eles 4 policiais. Esse número ainda está para ser comprovado, uma vez que a Defensoria Pública assinalou 132 mortes.

O aparato de guerra

Tudo indica que a incursão policial no Alemão e na Penha estava preparada há algum tempo. O cálculo se concentrava na matança.



ça. Os órgãos governamentais sabiam que haveria resistência, embora sem capacidade de enfrentar o aparato das forças policiais. Relata-se que o Comando Vermelho chegou a usar drones. Uma quantidade de fuzis apreendida foi apresentada como prova de que a mortandade se justificou. A morte de 4 policiais, por sua vez, evidenciou a existência de confrontos.

O fundamental do resultado dos 117 mortos está em que se configurou uma guerra comple-

tamente desigual entre a facção narcotraficante e as forças do Estado. Um contingente de 2.500 policiais invadiu o Alemão e a Penha densamente povoados por famílias pobres e miseráveis.

O governo de Cláudio Castro informou que sua polícia usou de “forte aparato tecnológico e logístico, incluindo drones, dois helicópteros, 32 blindados terrestres e 12 veículos de demolição do Núcleo de Apoio às Operações Especiais da PM, além de ambulâncias do Grupamento de Salvamento e Resgate”. A logística teve como um dos pontos fortes bloquear as rotas de fuga.

Experiências anteriores mostraram que os narcotraficantes se utilizaram de um morro coberto de mata. Uma vez que não havia uma válvula de escape, o previsto confronto armado concluiria com uma matança sem precedente na história das intervenções policiais anteriores. Está aí por que o maior número de cadáveres foi encontrado na mata da Vacaria, na Serra da Misericórdia, que fica na divisa da Penha com o Alemão.

Esse processo de “logística” deixou absolutamente claro que a “Operação Contenção” se concentrou no objetivo de exterminar o maior número possível de narcotraficantes. O que poderia resultar na morte de moradores. Afinal, o funcionamento do tráfico de drogas se dá nos bairros operários pobres e, sobretudo, nas imensas favelas que margeiam as áreas nobres do Rio de Janeiro. Já estão

assentados na mentalidade governamental e na ação prática da polícia que os “efeitos colaterais” são inevitáveis em uma guerra civil. Ainda está oculto o número de mortes “colaterais”.

Uma operação mãos livres

Cláudio Castro orientou politicamente seus órgãos de estado a preparar e a executar a fulminante operação a despeito do governo federal, ou seja, de Lula. O motivo do caráter sigiloso se encontra no objetivo traçado pelos órgãos policiais. As mãos do governo do estado teriam de estar livres e desembaraçadas. Esse era o segredo e a condição para dar à “megaoperação” um resultado sangrento.

A informação é a de que a Polícia Federal no Rio de Janeiro foi comunicada na última hora da decisão de Castro em invadir o Alemão e a Penha. Não houve possibilidade do governo federal influenciar absolutamente em nada na logística e no seu objetivo central. Certamente, foi bom para Lula do ponto de vista político, mas negativo para a população das duas imensas favelas.

Castro não poderia correr o risco de se ver limitado pela legislação e pelas divergências políticas em torno à questão dos direitos humanos. Direitos esses que são pisoteados diariamente, mas que o governo petista procura preservar com políticas de limitação legal das ações policiais.

Em especial, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia aprovado uma normativa de controle às ações policiais altamente letais, tendo em vista as chacinas no Rio de Janeiro. A tal da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) das favelas tinha supostamente a função de evitar os massacres coletivos. Castro, seu partido PL e aliados de direita simplesmente desconheciam a ADPF. Não havia, portanto, motivo de preparar a operação com a participação do governo federal, que certamente estaria condicionado pela Defensoria Pública da União (DPU) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A “Operação Contenção”, deveria se chamar “Operação Mãos-Livres”. O governador desconheceu completamente as normas legais emanadas do STF, de forma que lhe tenha custado apenas pedidos de informação feitos pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes. O atual presidente do STF, Edson Fachin, limitou-se a hipotecar “plena solidariedade aos familiares das vítimas” e exortar “discrição e sobriedade que são necessárias em momentos de tragédias graves como essa”.

Está claro que os responsáveis pelo massacre nos Complexos do Alemão e Penha permanecerão impunes à luz da justiça burguesa.

A posição do governo Lula

Lula estava chegando ao Brasil, depois de participar da Cúpula da Ásia de Leste, na Malásia, quando foi informado dos acontecimentos. Segundo relato, se disse chocado com o número de mortos. Reuniu-se com o ministro da Justiça Ricardo Lewandowski e

o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Lamentar e se solidarizar com as famílias dos assassinados é um gesto humanitário bonito. Pode ter um sentido de reprovação, mas o fato é que Lula não fez uma condenação explícita do método policial de invasão das favelas e de carnificina.

Nesse mesmo momento, Guilherme Boulos (PSOL) tomou posse como ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Limitou-se a pedir “um minuto de silêncio por todas as vítimas dessa operação do Rio de Janeiro”. Assim, evitou condenar a matança e responsabilizar o governador Castro. Preferiu dizer generalidades sobre a ideia de que “o crime organizado desse país não está num barraco de favela”. Referiu-se à Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, que havia mostrado que a lavagem de dinheiro se realiza na Avenida Faria Lima. Reconheceu que sua função é a de “dialogar com todo o mundo”, a exceção de “quem ataca a democracia e trai o Brasil”. O representante do PSOL no governo Lula soltou palavras ao vento por cima do rio de sangue que tingiu as favelas do Alemão e Penha.

Na reunião com Lula, Lewandowski foi orientado a se reunir com Castro. Na coletiva de imprensa, anunciaram a constituição de um Escritório Emergencial de Combate ao Crime Organizado. Essa foi a forma institucional do governo federal demonstrar sua complacência à chacina. Castro aproveitou para esclarecer que não pediu a intervenção das Forças Armadas por meio Garantia de Lei e da Ordem (GLO). Mas reclamou da falta de apoio no sentido de que a União poderia amparar a Operação Contenção com aparatos de guerra, como blindados.

Em resposta aos jornalistas, Lewandowski explicou a diferença entre organização terrorista e organização criminosas. Castro e o Secretário de Polícia Civil, Felipe Curi, classificam o Comando Vermelho como narcoterrorista. Tal nomenclatura foi utilizada para justificar o tipo de operação invasora das favelas e as brutais consequências. Esse conteúdo ficou oculto na divergência entre o governo Lula e o governador do Rio. Ficou oculto porque Lewandowski não condenou a carnificina. E não o fez porque ambas as esferas do Estado acobertam as raízes da criminalidade em geral e do narcotráfico em particular.

Lula decidiu pela condenação explícita e prometeu uma investigação federal, uma semana depois da catástrofe e em seguida ao pronunciamento do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, Volker Turk, que se mostraram abismados com o número de mortes. Em uma entrevista à imprensa internacional, referente à COP-30, no dia 4 de novembro, no Pará, Lula afirmou: “O dado concreto é que a operação, do ponto de vista da quantidade de mortes, a pessoa pode considerar um sucesso, mas do ponto de vista da ação do Estado, foi desastrosa. A decisão do juiz era ordem de prisão, não tinha ordem de matança, e houve matança”.

A demora de Lula em condenar a chacina e a espera de um pronunciamento da ONU mostrou a vacilação política do governo federal, pressionado pela ofensiva dos governadores de ultradireita e direita. Nesse momento da declaração, instalava-se a CPI do crime organizado no Congresso Nacional e o petista Fabiano Contarato assumia a presidência. De qualquer forma, trata-se de uma condenação formal e condicionada pela disputa eleitoral de 2026, já em curso.

Reunião de Castro com os governadores de ultradireita

Em seguida ao acordo entre o governo do estado e o Ministério da Justiça, Castro se reuniu no Palácio de Laranjeiras com governadores da ultradireita e direita, todos alinhados ao bolsonarismo.

Participaram do encontro os governadores de Santa Catarina -Jorginho Mello (PL); Mato Grosso do Sul – Eduardo Riedel (PP); Goiás – Ronaldo Caiado (União Brasil); Minas Gerais - Romeu Zema (Novo) e a vice-governadora do Distrito Federal - Celina Leão (PP). Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do Paraná, Ratinho Junior (PSD), preferiram usar o apoio online. Ronaldo Caiado esteve à frente da mobilização de apoio incondicional à chacina. Na reunião, os governadores decidiram pela criação do “Consórcio da Paz”, cuja função é o de garantir apoio mútuo no enfrentamento ao narcotráfico.

Esse alinhamento oposicionista viu a oportunidade de ganhar terreno no processo de disputa eleitoral que já está em curso. O fundamental, no entanto, se encontra na orientação político-ideológica de ultradireita burguesa. A sua bandeira é a de “bandido bom, é bandido morto”. Trabalha no sentido de ampliar e fortalecer o Estado policial.

É sintomático que os governadores alinhados ao governo Lula tenham ficado encolhidos. O pronunciamento do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), falou por todos eles em resposta à constituição do “Consórcio da Paz”. Pediu “cooperação” entre os estados, em vez de “divisão” e “conflitos”. Afirmou que somente assim é possível “derrotar o crime”. Levantou a bandeira do governo petista: “bandido bom, é bandido preso e entregue à justiça”. Em meio a esses pronunciamentos, a polícia do Ceará matou 7 pessoas ligadas ao narcotráfico em Canindé. O governador, Elmano de Freitas (PT) exaltou a operação policial pelo fato de não ter tido nenhuma baixa na força de repressão. Castro aproveitou para parabenizar os policiais do Ceará e o governador Elmano “pela coragem e determinação no enfrentamento ao crime organizado”.

Está claro que a posição política dos governadores de centro-esquerda foi de passividade diante da carnificina no Alemão e na Penha. Ao contrário, os governadores da ultradireita tomaram a ofensiva, defendendo incondicionalmente a matança.

Antecedentes da “Operação Contenção”

A letalidade da “Operação Contenção” é considerada a maior de todas. O número de 121 mortos, por si só, revela o quanto o narcotráfico ganhou terreno e o quanto o Estado se mostra incapacitado de resolver um dos fenômenos mais significativos da barbárie capitalista.

O percurso das invasões policiais no que vem se caracterizando como “territórios” controlados pelo narcotráfico e milícias está marcado por chacinas. Nas últimas três décadas, a criminalidade cresceu, sem que a repressão policial tenha contido o avanço.

Em 2024, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apurou que 703 pessoas foram mortas pelas ações policiais no Rio de Janeiro. Esse número ostenta a maior média nacional de mortos pela polícia, que foram de 6.243.

A prática da invasão policial de favelas se consagrou há algum tempo e o morticínio se projetou, sem que se dissolvessem as facções e milícias. Alguns dados sobre as operações policiais: em 1994, no Complexo do Alemão foram executados 14 pessoas,

no ano seguinte, 13 e, em 2007, 19. Esse padrão se repete em outras favelas: no Morro do Vidigal, em 2006, 13 mortos, no Catumbi, em 2007, 13; em 2003, Senador Camará, 15; em 2019, Fallet/Fogueteiro, 15; no Jacarezinho, em 2021, 28; em Vila Cruzeiro, em 2022, 24; em 2022, na Penha, 23.

A diretriz política de que a matança é inevitável porque o Estado tem de imperar nos “territórios” controlados pelo narcotráfico e milícias, enfrentando a resistência armada, é a confissão de que a criminalidade não tem como ser contida no capitalismo em decomposição. Resulta falsa a propaganda de que se trata da proteção dos moradores e da sociedade.

Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)

Diante da escalada da criminalidade e das mortes provocadas pela ação policial, potenciaram-se os conflitos políticos no estado do Rio de Janeiro. A CPI das milícias criada em 2008 refletiu a ascensão dessa prática criminoso. Facções narcotraficantes e milícias disputavam terreno. Nesse ano, foi criada a primeira UPP no Morro Dona Marta. Fundamentou-se no preceito de uma “polícia comunitária” e, portanto, entrelaçada com os moradores. Entre 2008 e 2014, o governo pelo MDB, Sérgio Cabral (hoje em prisão domiciliar por corrupção), com apoio do governo federal de Lula, instalou 38 UPPs. O ponto mais alto de visibilidade política se despontou na UPP do Complexo do Alemão, em 2012.

A experiência de combate ao narcotráfico e as milícias pela via de uma “polícia pacificadora” foi de uma década. As UPPs fracassaram em meio ao avanço da criminalidade, que contou com a própria corrupção de seus policiais. Em 2016, o governo de Dilma Rousseff se viu engolido pela crise econômica e política. A ditadura civil de Temer, em 2018, decidiu acabar com as UPPs.

O balanço negativo da tentativa de controlar a criminalidade por meio de uma polícia comunitária levou Temer a intervir no estado do Rio, por meio da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Naquele momento, o governador era Luiz Fernando Pezão (MDB). As forças policiais do estado foram colocadas sob a centralização das Forças Armadas. Perpassou um ano sob o comando do general Braga Neto (hoje preso por tentativa de golpe de Estado). A suposição de que com uma força unida do estado com a União arrebentaria o poder das facções e das milícias mostrou que nenhuma ação grandiosa do Estado tem como esmagar e extinguir o crime organizado. Isso por que limita-se a atacar as consequências. E, assim, a burguesia oculta as causas econômicas e sociais. É necessário entender e responder à matança de 28 de outubro de 2025 nesse marco histórico.

O balanço negativo da tentativa de controlar a criminalidade por meio de uma polícia comunitária levou Temer a intervir no estado do Rio, por meio da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Naquele momento, o governador era Luiz Fernando Pezão (MDB). As forças policiais do estado foram colocadas sob a centralização das Forças Armadas. Perpassou um ano sob o comando do general Braga Neto (hoje preso por tentativa de golpe de Estado). A suposição de que com uma força unida do estado com a União arrebentaria o poder das facções e das milícias mostrou que nenhuma ação grandiosa do Estado tem como esmagar e extinguir o crime organizado. Isso por que limita-se a atacar as consequências. E, assim, a burguesia oculta as causas econômicas e sociais. É necessário entender e responder à matança de 28 de outubro de 2025 nesse marco histórico.

Ações do governo federal

Em fins de agosto, Lula apresentou com estardalhaço o resultado da chamada “Operação Carbono Oculto”. Investigou os negócios do Primeiro Comando da Capital (PCC). Avaliou que a

estratégia se concentra na identificação e punição dos chefes do narcotráfico e das instituições que realizam a lavagem de dinheiro.

As primeiras demonstrações da Polícia Federal apontaram uma armação que se valia de cerca de 40 fundos de investimento e várias fintechs (empresas de serviços financeiros digitais) para lavar dinheiro, ocultar transações financeiras e patrimoniais. Segundo a apuração da PF e da Receita Federal, uma movimentação de R\$ 30 bilhões. Até agora, não se tem notícia de medidas de expropriação e prisão dos operadores e chefes do processo de lavagem de dinheiro.

Foram expostos os vínculos entre o narcotráfico e a economia. Estão envolvidos fintechs, bancos, fundos, comércio (distribuição e venda de combustíveis etc.), propriedades (usinas, fazendas etc.) e imóveis. É evidente que para se chegar a esse ponto o narcotráfico operou na sombra do Estado e de grupos econômicos. A amplitude da influência dos negócios clandestinos se observa na sua nacionalização e internacionalização. Observa-se que a oposição de ultradireita e direita não acatou de bom grado a “Operação Carbono Oculto”.

Cerca de dois meses após, o governador do Rio de Janeiro recorreu à “Operação Contenção” e os governadores alinhados ao bolsonarismo saíram prontamente em sua defesa.

É nesse marco que se voltou a discutir a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública, montada pelo Ministério da Justiça. A resistência dos governadores em aceitar a centralização da União corresponde ao funcionamento oligárquico da democracia e administração burguesas. Não se trata apenas, no entanto, de preservar o poder dos governadores, mas também de proteger os negócios do próprio narcotráfico. A corrupção nas administrações e nas polícias estaduais é muito bem conhecida, principalmente no Rio de Janeiro.

Lula não teve nenhum problema em sancionar o Projeto de Lei Antifacção de Sérgio Moro, que criminaliza aqueles que obstruem as investigações e protege as autoridades envolvidas. Essa medida mascara a impotência do Estado e da burguesia em enfrentar as reais causas da criminalidade.

Narcoterrorismo

A oposição de ultradireita e direita almeja uma mudança de caracterização do narcotráfico. Aproveitou a crise de 28 de outubro para levantar a bandeira do “narcoterrorismo”. É como se se adotasse a relação entre o narcotráfico e o terrorismo, se teria estabelecido um novo terreno para vencer essa prática criminosa. Lewandowsk, ao lado de Cláudio Castro, explicou que a violência utilizada pelos narcotraficantes está claramente determinada no Código Penal. Da mesma forma, o uso do terrorismo na política também o está. Não havia, portanto, de fundir e confundir as duas práticas distintas.

O que faltou ao ministro da Justiça foi explicar e denunciar que essa nomenclatura é uma criação do imperialismo norte-americano. Com ela, os países que a adotam passam a responder às diretrizes dos Estados Unidos, abrindo mão da soberania nacional. Trump vem montando um cerco à Venezuela e à Colômbia sob o signo do combate ao narcoterrorismo. Chegou ao ponto de emitir uma recompensa de milhões de dólares para quem entregasse Ni-

colás Maduro à Justiça norte-americana. É como se estivéssemos assistindo a um filme do velho oeste.

Os serviços dos Estados Unidos, como o deputado Danilo Forte (União Brasil-Ceará), apresentaram na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) um projeto de lei para que o país adotasse a nomenclatura criada e ditada pelos Estados Unidos.

Trump havia enviado uma carta ao governador do Rio de Janeiro se solidarizando com os quatro policiais mortos e pisoteando os 117 cadáveres, que até agora nem mesmo se sabe se todos faziam parte do Comando Vermelho e até que medida resistiram com armas em mãos. Esse critério bárbaro é próprio do imperialismo, que carrega em sua história guerras e massacres.

O presidente dos Estados Unidos ofereceu a Cláudio Castro apoio que precisasse. Não é surpreendente a revelação, pelo deputado Lindbergh Farias (PT), de que o governo do Rio de Janeiro entregou à Embaixada dos Estados Unidos relatórios sobre o Comando Vermelho. E fez o mesmo informando documentalmente a Agência Antidrogas (DIA). Essa relação feita à margem do governo federal e do país atesta a profunda decomposição da democracia burguesa e da estrutura federativa do Brasil. E, por cima, expõe o quanto a burguesia brasileira se constituiu visceralmente como dependente do imperialismo norte-americano, fundamentalmente.

O governo burguês de Lula, que procura se mostrar independente, na realidade, age mais com palavreado sobre a soberania nacional do que com ações contra os agentes internos que no momento servem às diretrizes de Trump.

A tentativa de criar um narcoterrorismo inexistente obscurece a essência do fenômeno do narcotráfico.

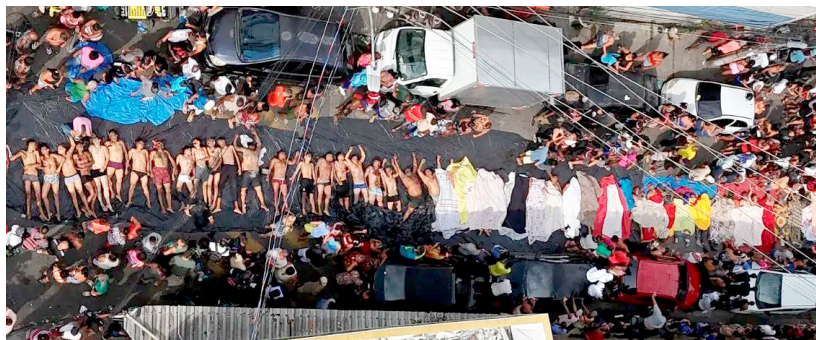
A realidade é que a resistência armada do narcotráfico à repressão policial reflete relações econômicas e sociais no âmbito do capitalismo putrefato. Em se tratando de política, o poder econômico da fração burguesa narcotraficante está em penetrar no próprio poder do Estado. A vastidão das denúncias de corrupção está aos olhos de quem quer ver.

Os defensores abertos do intervencionismo policial às favelas e das matanças recorrem a esse absurdo do narcoterrorismo em busca de apoio do imperialismo às disputas políticas internas ao país. Em certo sentido, essa fração oligárquica age como traficante da soberania nacional. O servilismo chega ao ponto de apoiar o bombardeio dos Estados Unidos a embarcações tidas como narcoterroristas, desconhecendo até mesmo as leis internacionais feitas pelas próprias potências dominantes. Pouco antes da chacina no Alemão e Penha, o senador Flávio Bolsonaro (PL) conclamou Trump a fazer o mesmo no litoral do Rio de Janeiro. Essa monstruosidade é aceita como natural e em conformidade com a democracia.

Lula não aceitou assinar um acordo com Trump, baseando-se no impedimento da legislação brasileira. Se resignou refugiando-se na formalidade jurídica, sem expor o conteúdo imperialista da classificação de narcoterrorismo.

Juventude

Os dados até agora apresentados pela perícia sobre 115 corpos reconhecidos e analisados procuram demonstrar que a grande maioria era de membros do CV. Essa descrição é importante para o governador e os órgãos policiais argumentarem que a “Operação Contenção” não atingiu a população, tendo como alvos certos



apenas criminosos. Ocorre que os responsáveis pelos dados são parte do problema, ou seja, da chacina. Não foi permitida a presença de organismos independentes, como dos direitos humanos, para acompanhar a perícia. Nem mesmo a Defensoria Pública do Rio de Janeiro teve acesso.

O Ministério Público Federal ficou à margem, sendo barrado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, que alegou competência constitucional e acusou o governo federal de tentar violar “sua autonomia funcional e administrativa, além de representar usurpação da função de controle externo da atividade policial estadual”. Está expresso nesse impedimento o temor da revelação da verdadeira situação dos 117 mortos. Impossibilitou-se a verificação imediata sobre as suspeitas de execuções.

Nota-se que a imprensa em geral apoia o governador do Rio. As notícias pós-chacina enfatizam a descrição das autoridades estaduais de que a imensa maioria fazia parte do narcotráfico.

O maior número dos mortos é de jovens, numa faixa de 15 a 30 anos. Quatro são adolescentes. A importância da forma obscura como tem sido feita a perícia está em que evidencia a necessidade do governo de aparecer diante da população do Rio e do país como um defensor dos pobres diante dos narcotraficantes opressores. O método de ação do Estado policial tem de ser justificado aos olhos da maioria oprimida, que, sem dúvida, arca em última instância com o peso da criminalidade. A classe média que abriga o maior número de consumidores de drogas e, assim, alimenta o mercado clandestino, é a que mais apoia a violência policial como a via de contenção da criminalidade.

A campanha publicitária de que 55,2% dos brasileiros aprovaram a “Operação Contenção” e que essa aprovação pelos favelados do Rio de Janeiro alcançou 87,6% vem no sentido de validar a chacina como meio de combate ao narcotráfico e afirmar o Estado policial. A informação de que o “território” controlado pelos narcotraficantes de mais de dois milhões de brasileiros deve ser acompanhada de que essa população sobrevive na pobreza e miséria. Enquanto perdurar essa situação social, uma parcela da juventude será arrastada pelos narcotraficantes.

Os dados estatísticos sobre a juventude brasileira indicam que 8,9 milhões de jovens não conseguem emprego e não têm como frequentar a escolas. Eis por que dos 909.067 presos 72% têm menos de 30 anos.

Não poderia ser outra a conclusão de que a maior parte dos mortos no Alemão e na Penha é de jovens pobres, miseráveis e pretos. Por mais que a imprensa venal divulgue as mentiras das autoridades do Rio de Janeiro, não há como ocultar que se tratou de uma operação assassina. Tratou-se de uma operação de terrorismo de Estado.

Raízes da criminalidade

A face mais visível da criminalidade é a da miséria e pobreza que atinge a maioria nacional oprimida. Milhões sobrevivem com um a menos de um salário mínimo, cujo valor mal dá para a alimentação. O desemprego e o subemprego contribuem amplamente com a reprodução dessa situação calamitosa. O fato de milhões de jovens ficarem à margem do processo econômico resulta em consequências sociais destrutivas.

As contradições do capitalismo no Brasil se refletem no empobrecimento dos bairros operários e no crescimento das favelas. O censo de 2022 expôs a existência de 12,4 mil favelas e 16,4 milhões de moradores. Somente no Rio de Janeiro, 2,1 milhões vivem em favelas. A região mais rica do país, o Sudeste, concentra o maior número de favelas e favelados. A precariedade da moradia, saúde e educação não apenas persiste como se agrava.

O Estado burguês em nenhum momento conseguiu equacionar esse grande problema nacional. E não vai conseguir porque em sua base estão a superexploração do trabalho, alta concentração de riqueza em poder da minoria, sobreposição do capital parasitário, tendência à mutilação da força de trabalho e projeção do desemprego e informalidade. As contrarreformas como a trabalhista e a lei da terceirização têm agravado ainda mais a relação entre a força de trabalho e o domínio da grande propriedade privada dos meios de produção. As medidas assistenciais de “inclusão social” são um sintoma da ampliação da pobreza e miséria e da incapacidade do capitalismo em decomposição recorrer a verdadeiras reformas progressivas.

O Rio de Janeiro se tornou o epicentro do narcotráfico e das milícias. Juntamente com o estado de São Paulo, constitui o aliado do crime organizado. O Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital atingiram um patamar econômico e político que possibilitou o seu avanço para o Norte e Nordeste.

A nacionalização do narcotráfico ocorreu nas condições de proliferação das favelas tanto no Nordeste quanto no Norte. O que se passa em determinada magnitude com o Sul. O tráfico se tornou mais complexo – produção, recepção e distribuição – na medida em que se ampliou o mercado nacional e internacional. Cada etapa desse processo tem uma particularidade, mas por cima dele age uma fração burguesa narcotraficante. Ela movimenta e concentra grandes negócios. Depende, no entanto, para a distribuição da droga, da ampliação constante da arregimentação da juventude nos bairros operários pobres e nas favelas.

À medida que acumula capital, o narcotráfico abre canais para outros negócios e desenvolve relações no interior do próprio Estado burguês. Ocorre que nesse campo se potencia todo tipo de criminalidade. Está comprovado que a prisão em massa e as matanças não interrompem esse círculo. Podem reduzir os seus índices, sem, contudo, interromper a sua tendência geral de crescimento, uma vez que a criminalidade é consequência de causas econômicas e sociais.

Revolução Social

É obrigatório entender e responder aos acontecimentos de 28 de outubro do ponto de vista de classe. Tanto o governador Castro quanto o governo Lula que considerou que houve uma matança estão no mesmo campo da classe burguesa e de seu Estado. As divergências expressam variantes da mesma política de classe. Ocorre que nem a variante policial-militarista, nem a variante judicial-reformista tem como combater o narcotráfico e conter os impulsos da criminalidade.

Somente a classe operária e os demais explorados têm como se manifestar e reagir por não estarem entrelaçados e subordinados às relações econômicas capitalistas. Ao contrário, por estarem em contraposição e choque com a propriedade privada dos meios de produção, carregam historicamente um programa próprio, que é o da revolução social. O fim do narcotráfico condiciona as respostas às situações imediatas e às permanentes.

Está patente que o narcotráfico como um componente do mercado e da acumulação de capital representa uma especial particularidade do mundo da criminalidade. O próprio consumo de drogas está entre as grandes e inúmeras enfermidades sociais que se originam nas entranhas do sistema capitalista de produção e de distribuição de riquezas.

A revolução social expropriará a burguesia, transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e iniciará a transição do capitalismo ao socialismo. Não se trata, evidentemente, de aguardar tal transformação histórica para

combater o Estado policial, o esmagamento de uma parcela significativa da juventude; trabalhar pela eliminação da criminalidade e pela superação das enfermidades sociais.

O ponto de partida do programa da revolução social está na defesa das condições elementares de existência das massas trabalhadoras. Essa luta tem por base a defesa do trabalho a todos e de um salário mínimo vital. Essa tarefa elementar se choca com a exploração capitalista e com as condições históricas de seu esgotamento. É o que demonstra a existência de milhões de jovens marginalizados da produção e da escola. É o que demonstra a proliferação das favelas.

Eis as medidas urgentes da classe operária: 1) redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho; 2) salário mínimo de acordo com as necessidades da família trabalhadora; 3) combinação do trabalho com os estudos; 4) moradia a toda família trabalhadora condizente com as necessidades da existência humana; 5) saúde e educação a todos garantida pelo Estado.

Nesse terreno, está posta a luta: 1) pelo fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização; 2) pelo fim das privatizações e reestatização sob o controle operário da produção; 3) por um sistema único de saúde e educação público, sob o controle de quem trabalha e estuda; 4) pelo não pagamento da dívida pública e canalização dos recursos para realizar reformas verdadeiramente populares; 5) fim da polícia militar voltada a reprimir os pobres e miseráveis; 6) garantia à população trabalhadora de organizar a sua autodefesa.

Essas tarefas e medidas econômicas, sociais e políticas estão em completa contraposição a todas as variantes da política burguesa, chocam-se com a democracia oligárquica e com o Estado policial. Exigem organização independente e luta coletiva da maioria oprimida. Cabem aos sindicatos, centrais e movimentos populares tomarem em suas mãos a defesa da juventude e de todos os trabalhadores contra o Estado policial e o domínio pelas facções criminosas dos bairros operários e favelas.



Tribunal Popular

Os trabalhadores e a juventude oprimida devem condenar a chacina no Alemão e na Penha e lutar pela punição dos responsáveis. Sabemos perfeitamente que os explorados estão sob o controle da política burguesa. Mas, instintivamente reconhecem quem são seus exploradores e opressores.

O fato de muitos acreditarem que a matança serve a sua libertação do controle do narcotráfico e das milícias logo verão que se trata de uma ilusão. A polícia e todo aparato repressivo não se voltam

a proteger à “sociedade”, mas sim aos proprietários capitalistas. O instinto de revolta originado da pobreza e miséria, da exploração brutal do trabalho, do desemprego e subemprego tem sido canalizado por prefeitos, governadores, parlamentares e presidente da República.

As direções sindicais e populares que se mascaram com a causa dos trabalhadores, por serem serviçais da burguesia e dos governantes, anulam as organizações operárias e populares tornando-as dependentes do Estado. Essa contenção social é que permitiu e permite ao governador sanguinário, Cláudio Castro, posar de defensor dos favelados.

É nesses momentos trágicos que vêm à tona ao mesmo tempo e contraditoriamente o programa da revolução social e a crise de direção. É importante ter essa compreensão para condenar e combater a chacina como resultado da política burguesa.

O Partido Operário Revolucionário (POR) imediatamente colocou aos sindicatos, centrais e movimentos a criação de um Tribunal Popular. Organização essa que se assenta na classe operária e na ação da maioria oprimida. Somente assim é possível, com independência de classe, apurar, julgar e condenar os responsáveis pelo crime hediondo.

Nessa mesma linha, o POR defendeu que as organizações dos trabalhadores convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa do programa dos explorados. A experiência mostra que logo as forças políticas da burguesia em conflito acharão uma forma de deixar para trás mais uma chacina no rol de tantas outras. Está nas mãos da vanguarda com consciência de classe tudo fazer para pôr em pé um Tribunal Popular e pôr em marcha um movimento pelo programa da revolução social.

Fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

A juventude, sobretudo a operária, ganha maior importância para erguer o partido da revolução social e as organizações coletivas de combate, diante de acontecimentos como os ocorridos nos Complexos do Alemão e Penha. Trata-se de elevar sua compreensão política e a consciência da luta de classes. A catástrofe vivida por milhões de jovens somente poderá ser enfrentada com o programa da revolução social.

Para isso, é preciso impulsionar o desenvolvimento do Partido Operário Revolucionário em todo o país, desde as fábricas, favelas e escolas. O partido transforma o instinto de revolta em luta organizada e consciência de classe.

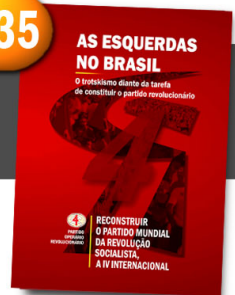
Esse é o principal objetivo do balanço que o POR aqui faz, evidenciando as causas da matança, a existência do Estado policial e o fracasso da burguesia em estancar a criminalidade e eliminar as doenças sociais que atingem uma parcela significativa da maioria oprimida.

Adquirar com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

MAIOR CHACINA DA HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

**Que as centrais, sindicais e movimentos organizam
imediatamente as manifestações**

*Por um tribunal popular, organizado pelos sindicatos e movimentos
populares, para investigar, julgar e punir os crimes de classe da
burguesia e de seus governos contra os trabalhadores!*

*Por uma resposta própria à violência e à barbárie social desfechadas
pelo governo castro contra às massas exploradas*

29 de outubro de 2025

A maior chacina da história do Rio de Janeiro aconteceu nesta terça-feira, 28 de outubro de 2025. As polícias militar e civil, a mando do governador do Estado Cláudio Castro, do PL, com a conivência do prefeito da cidade do Rio, Eduardo Paes e do Governo Federal de Lula/Alckmin, invadiram os complexos do Alemão, e da Penha para promover a maior barbárie que o Rio de Janeiro já viu. A mídia canalha já cumpre seu papel justificando as mortes e falando em “operação” e não em chacina, falando que o governo está reagindo à violência dos traficantes etc.

Não por acaso, Castro e todos os governadores de ultradireita e direita seguem os ditames de Trump, que usa a qualificação de “narcoterrorismo” para cercar a Venezuela e a Colômbia. Agora mesmo, quando no Rio de Janeiro a “Operação Contenção” provocava 64 mortes, os Estados Unidos atacavam barcos em águas internacionais e matava 14 tripulantes. Somadas às mortes anteriores, perfazem 57 mortos. Castro faz parte daqueles que se submetem e se curvam diante do imperialismo norte-americano e, em particular, seguem o que Trump ditar. Eis por que, desta vez, a guerra no Estado do Rio foi mais um dos acontecimentos mortíferos que expressam a decomposição econômica e social do capitalismo no Brasil.

O governador do Estado do Rio Claudio Castro enviou mais de 2500 polícias numa área de nove mil quilômetros quadrado, adentrando a comunidade no período da manhã, quando a população saía de casa para trabalhar e as crianças iam para as escolas. Tem o orgulho de afirmar que a “operação” foi planejada em mais de 60 dias junto ao ministério público do Rio de Janeiro e em conjunto com a polícia civil e militar. Elogiou a violência como sendo de defesa para frear o avanço territorial do Comando Vermelho. Favelas do complexo do Alemão e da Penha, que contam com mais de 150 mil moradores, ficaram em chamas, uma situação que desgraçadamente é conhecida da população: em maio de 2021, foram 28 mortos no Jacarezinho, em 2022, 23 mortos na Penha, em 2007, 19 mortos no complexo do Alemão etc.

Na data de ontem, a chacina resultou em 64 mortos, sendo 60 “suspeitos”, 4 policiais; e 81 foram presos. Supondo que seja verdade que os governos burgueses queiram liquidar o tráfico, a chacina no Rio é prova da velha política burguesa para o crime: querer liquidar as facções com repressão pura e simples, sem acabar com as condições sociais e econômicas que formam o terreno onde brota o crime.



Castro acusa o governo Lula de não fazer nada, o Ministro da Justiça fala que atenderam a todos os pedidos de Castro. E nesse jogo de empurra-empurra, sobra sempre para a maioria explorada. O governo federal de Lula/Alckmin, no entanto, com a declaração de Gleise, ressalta a aprovação da PEC da Segurança Pública no Congresso Nacional e prega a necessidade de articulação entre forças de segurança no combate ao crime organizado, o fortalecimento da Polícia

Federal e o fornecendo de mais armas, equipamentos e tropas para operações decididas isoladamente por governos locais. O governo sanguinário de Castro ainda diz que se tiver de “exceder” assim o fará.

Castro ainda determinou que os ônibus continuassem funcionando colocando a população em meio ao tiroteio, afirmando planejamento e ignorando o caos social. Diz, “estamos atuando com força máxima e de forma integrada para deixar claro que o poder é do Estado.” Mais de 200 barricadas foram feitas como forma de impedir a chacina. Em um dos dias mais marcantes da história do Rio, foram afetadas a linha vermelha, a linha amarela e a Avenida Brasil, que ligam os principais pontos da cidade. O caos no transporte afetou centenas de linhas de ônibus afetadas e, no metrô, muitos trabalhadores tiveram de pular a catraca.

O fundamental é que as massas exploradas do Rio de Janeiro seguem reféns do narcotráfico, das milícias e da máquina de guerra do Estado. Essa situação de decomposição e barbárie completa provoca nos trabalhadores a mais pura sensação de impotência. Os protestos espontâneos que aconteceram não possuem força para mudar o curso dos acontecimentos. A raiz desse problema está no fato de a classe operária e os demais trabalhadores explorados, principalmente aqueles que moram nos subúrbios, morros e favelas, não podem contar com nenhuma organização própria que tenha força para dar uma resposta própria ao problema. A crise de direção revolucionária do proletariado é o fator principal.

A sensação de impotência só pode se desfazer através da luta de classes. Os trabalhadores devem exigir que os sindicatos, as centrais sindicais e os movimentos populares e estudantis convoquem manifestações imediatamente para exigir o fim do terrorismo de Estado e o fim da matança. As notas de solidariedade, que as direções sindicais publicaram em seus sites, de nada servem, se não fizerem parte de uma campanha real para organizar a luta e dar aos trabalhadores a possibilidade de ter uma resposta própria.

A tranquilidade com que Cláudio Castro dá entrevistas depois que sua polícia matou mais de 60 pessoas só é possível porque sabe que as organizações dos trabalhadores não oferecem perigo a seu governo. O governismo das direções sindicais e políticas faz com que suas respostas sempre apontem para as eleições do ano que vem. Dizem aos trabalhadores que devem “votar melhor”, mas os explorados já estão cansados dessa ladainha. Sabem pela prática que, entra ano e sai ano, chega eleição e passa eleição, sua situação de miséria e de violência não muda. É preciso dar curso aos instintos de revolta das massas exploradas.

Da burguesia, da classe média rica, dos governos e dos parlamentares não se deve esperar nada. É preciso que os trabalhadores, que são a maioria, reajam com uma política própria e independente. É preciso responder à barbárie com os métodos da luta de classes, que são as greves, bloqueios, manifestações massivas e organizadas e com o programa próprio de reivindicações que unifica a maioria dos explorados.

Para responder à violência policial é preciso defender as condições de vida e de existência dos trabalhadores:

Fim imediato das operações policiais nos morros e favelas.

Fim do genocídio da população pobre e preta que é a maioria nas favelas e comunidades.

Nenhuma demissão de trabalhador devido ao caos e à violência que se instalou no Rio.

Que as Centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como forma de iniciar a luta contra a violência policial estatal e pelas reivindicações dos explorados, por empregos, pelos salários e pelos direitos.

Por um Tribunal Popular, organizado pelos sindicatos e movimentos populares, para investigar, julgar e punir os crimes de classe da burguesia e de seus governos contra os trabalhadores!

Não à máscara sangrenta da guerra ao narcotráfico de Tump!

Organizar a frente única anti-imperialista em defesa da soberania nacional e expulsão dos Estados Unidos da América Latina

Abaixo o capitalismo em sua agonia de morte!

Em defesa da revolução social e do socialismo!

Intervenção do POR nos atos contra a chacina no Alemão e Penha

Rio de Janeiro

Atuação do POR no ato convocado pelos moradores do Alemão e Penha



Na última terça-feira, dia 28 de outubro, o Rio de Janeiro amanheceu com os noticiários destacando o início da operação policial “Contenção” realizada nos complexos da Penha e do Alemão na Zona norte da capital carioca. O que parecia ser mais uma das múltiplas incursões do Estado burguês no seu teatro de “Guerra as Drogas” se transformou na maior chacina da história do Brasil, superando massacre históricos como o do Carandiru e de Vigário Geral.

A mando do governador Claudio Castro, e executada com o aval de Felipe Curi – secretário da polícia civil – e de Marcelo Menezes – coronel e secretário da polícia militar – a operação deixou a sua tenebrosa marca de mais 121 mortos. O que se sucedeu após o massacre foi a instrumentalização do ocorrido pelo governador ultradireitista Claudio Castro, que visa se promover como uma

das figuras centrais a pleitear o vácuo político deixado pela condenação de Bolsonaro e sua impossibilidade de se lançar candidato a presidência no próximo ano.

Por parte do governo federal, a fraseologia do governo Lula/Alckmin tratou de colocar panos quentes na situação. Por mais que o presidente tenha falado recentemente que houve uma “matança” na operação o seu discurso, logo após o ocorrido, foi o de reforçar a mentalidade de combate às drogas. Fato é que o governo federal sempre foi conivente com as ações policiais no Estado, e reforçou aos ataques aos trabalhadores de favelas e periferias ao instituir a Lei de Drogas em 2006, fato esse que só reforçou a opressão contra os trabalhadores. Do outro lado do massacre, o que se viu foi uma cena de guerra. As famílias das comunidades invadidas durante a operação fizeram um fila de corpos estendidos em uma das principais ruas da comunidade, corpos estes que não tinham entrado no relatório final da polícia até então. Fora as vítimas diretas da chacina, moradores também relataram a perda de bem materiais durante a ação, além de roubos as casas protagonizados pelos próprios policiais.

O POR pôde atuar no ato convocado no dia 31 dentro da favela pelos próprios moradores. O sentimento de revolta e presença de falas combativas marcaram todo o transcorrer do ato e a presença de diferenças forças políticas foi evidente. Durante o ato, entrevistamos com o nosso manifesto onde destacamos que somente um Tribunal Popular Revolucionário será capaz de julgar os crimes do Estado Burguês. Destacamos também que somente um movimento encabeçado pelos sindicatos, movimentos sociais e pela maioria oprimida será capaz de levantar um Dia Nacional de Luta e conter o avanço da barbárie.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



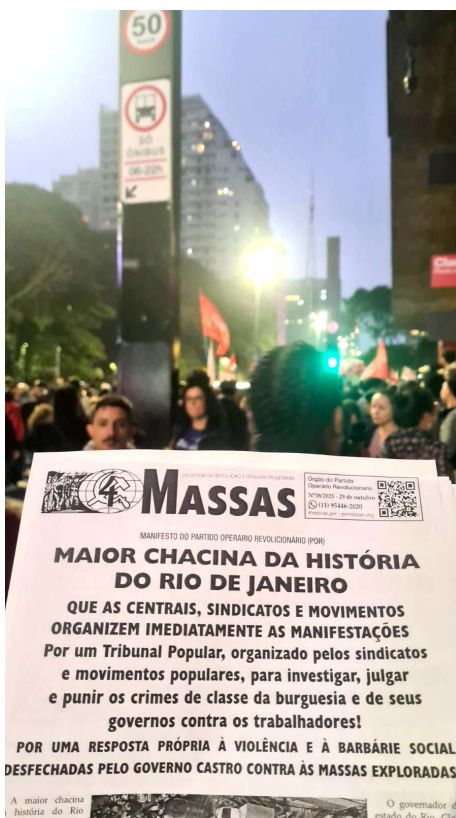
Manifestação em São Paulo contra a chacina no Rio de Janeiro

No dia 31 de Outubro, ocorreu em São Paulo uma grande manifestação contra a ação brutal da polícia do Rio de Janeiro. No dia 28, a polícia matou 117 pessoas dentro do Complexo do Alemão e da Penha, foi a maior chacina do Brasil dos últimos tempos. Diante do massacre, a Coalizão Negra por Direitos organizou importantes atos em diversas cidades espalhadas pelo Brasil.

O ato na capital paulista juntou milhares de pessoas. Os partidos de esquerda em geral estavam presentes, levando muitos militantes de base. As centrais e sindicatos não se esforçaram para mobilizar os operários. A composição do ato era da pequena burguesia. O POR vem defendendo em seu jornal e manifestos a importância da luta nas ruas com a presença da classe operária, por meio de um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios para pôr fim à opressão exercida pela burguesia contra os oprimidos.

O caminhão de som levado pelo movimento teve muitos problemas técnicos, então, o ato que deveria ter começado às 18h, acabou iniciando somente às 20h. Os manifestantes conseguiram fechar um dos sentidos da Avenida Paulista, porém diante dos problemas o trajeto acabou sendo curto e essa desorganização implicou a falta de democracia, permitindo apenas representantes parlamentares e partidos institucionais falassem no caminhão. Além disso, o tom festivo dado pelas organizações, cada uma com sua própria bateria, não só foi inadequado perante a chacina vivida pelos cariocas como impossibilitou os manifestantes de escutarem as falas no caminhão de som. A defesa da organização do ato e dos partidos ali presentes foi eleitoreira, esticando a bandeira do “Sem Anistia” para defender também a prisão do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.

O POR esteve presente com o seu manifesto, no qual defende um Tribunal Popular organizado pelos trabalhadores para julgar os crimes de classe da burguesia. Somente a maioria explorada, organizada com um programa próprio de reivindicações e se utilizando dos métodos próprios como greves, bloqueios e manifestações massivas, pode pôr fim às violentas operações policiais.



Pronunciamento do POR durante a manifestação

Estamos aqui no ato contra a violência policial e a chacina que aconteceu nessa semana no Rio de Janeiro. A maior chacina da “nova república” no Brasil.

Por que isso tem acontecido? Estamos em uma conjuntura internacional de acirramento dos conflitos: a guerra na Ucrânia, o genocídio do povo palestino cometido pelo Estado sionista de Israel e também em outros países. E o imperialismo norte-americano estadunidense, neste momento sob o comando do governo Trump, tem usado o pretexto de combate ao narcotráfico para, na verdade, cometer ingerências contra os países da América Latina, tentando igualar narcotráfico com terrorismo. Basta ver que ao mesmo tempo que acontecia essa chacina no Rio de Janeiro, os Estados Unidos explodiam barcos com pessoas no Mar do Caribe e na Pacífico.

Então, a gente está aqui para rechaçar essa política do imperialismo que vem sendo seguida por governos títeres no nosso país, como o governo Cláudio Castro, que cometeu essa chacina sob o pretexto de combate ao tráfico, quando a gente sabe que, na verdade, os chefes, os verdadeiros traficantes e bandidos, estão na Faria Lima, como já foi demonstrado por operações que aconteceram recentemente. E a gente sabe que a prefeitura de Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, e o governo federal têm sido coniventes com esse Estado policial. Inclusive, depois da chacina, anunciaram o fortalecimento do aparato policial. São, na verdade, governos incapazes de combater a criminalidade, porque teriam de acabar com a miséria e a fome de milhões que vivem nas favelas.

Então, qual deve ser a resposta do Partido Operário Revolucionário? Primeiro, não a essa máscara dos governos e do imperialismo de combate ao narcotráfico, que na verdade é utilizada para submeter ainda mais os países semicoloniais, como o Brasil, Venezuela, Colômbia etc. Segundo, que as centrais, sindicatos e movimentos populares trabalhem por constituir um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia e de seus governos. E terceiro, como um passo para construir um movimento contra a violência policial, em defesa dos nossos direitos, empregos, salários e direitos, contra toda essa precarização que vem sendo colocada pelo capitalismo, que seja convocado um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios.

São Paulo

Marcha e ato na Praça da Sé

No dia 29 de outubro, em São Paulo, foi realizado o Ato Unificado contra a Violência e Impunidade Policial, impulsionado por familiares de vítimas letais provocados pela PM de SP. Teve a participação das Mães da Leste, da família do estudante da USP assassinado dentro de um hotel e de outras famílias que tiveram seus filhos mortos pela polícia. Reuniu representantes do Movimento Negro, movimentos estudantis e partidos políticos como PT, PSOL, POR, PSTU e outros.

O Fórum contra a Violência Policial teve as suas reuniões organizadas meses atrás na USP. A sua finalidade, orientada pela política reformista e pela Igreja, foi a defesa da federalização dos

processos. Ficou expresso em cada intervenção das vereadoras que estavam presentes, tanto do PT quanto do PSOL. O trajeto, que saiu do Teatro Municipal, passou pela Prefeitura de São Paulo, Secretaria de Segurança e Ministério Público. Nas paradas, teve um caráter de denúncia de cada familiar às autoridades burguesas, que impedem as investigações e arquivam os processos. O final do ato se deu na Praça da Sé, onde todos que quisessem se posicionar poderiam fazê-lo.

O ato, que tinha em sua defesa a federalização do processo da chacina em Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em 2021, desgraçadamente se deparou com uma chacina maior, de 117

pessoas e 4 policiais pela Polícia de Cláudio Castro. Dessa maneira, o ato se posicionou e convocou o novo ato na Avenida Paulista, que aconteceu em 31/10.

O POR fez sua intervenção na Praça da Sé. Iniciou com a defesa da juventude, afirmando que o capitalismo está em decomposição e, portanto, não tem nada a oferecer à juventude. As chacinas e a matança de jovens todos os dias nas periferias da capital são expressões da decomposição capitalista. Ressaltou que não basta ficar no palavreado, pois palavras não impedem as chacinas e a

violência policial. Neste sentido, o movimento teria, e tem, de exigir das Centrais Sindicais, dos Sindicatos e do movimento estudantil, que estavam presentes neste ato, a convocação de assembleias nos bairros, nas fábricas e nas escolas, para que constituam o Tribunal Popular para apurar, julgar e punir os responsáveis pelas chacinas. Para encerrar, foi lida a reivindicação contida no Manifesto distribuído no ato. Eis “Por um Tribunal Popular, organizado pelos sindicatos e movimentos populares, para investigar, julgar e punir os crimes de classe da burguesia e de seus governos contra os trabalhadores!”

Rondônia

Ato na Praça Central do Comércio de Porto Velho

No dia 30/10, durante a tal “Roda de Conversa”, promovido pelo Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), foi convocado o ato contra a chacina ocorrida no Rio de Janeiro.

Como não houve um trabalho de convocação, o ato se restringiu a militantes do POR, PSOL, UP, e do movimento de mulheres negras. Nas falas, militantes da UP defenderam a prisão do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, como um dos meios para punir os culpados pela chacina. Como se a prisão do governador fosse capaz de punir o responsável pela chacina

do Alemão e da Penha. Outras falas ficaram centradas na brutal chacina provocada pelo governador.

A intervenção do POR se deu com distribuição do manifesto nacional sobre a chacina no Rio de Janeiro para os populares e estudantes que passavam pelo local. Também com a fala explicando a importância da organização das massas trabalhadoras para enfrentar esse governos assassinos. Mostrou que nenhum governo burguês será capaz de combater o crime organizado, porque isso implica a luta contra o sistema capitalista de exploração do trabalho. Essa tarefa cabe à classe operária em luta e organizada em seu próprio partido.

Paraná

Ratinho Junior reforça a capacidade de repressão e letalidade das policias do estado

Desde o mês de setembro deste ano, o governo do Paraná vem reforçando sua capacidade repressiva com a incorporação de numerosas armas, helicópteros e outros recursos bélicos ao já poderoso arsenal de umas das polícias mais letais do país.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior entregou em Curitiba, a maior aquisição de fuzis da história do Paraná, dentro de um pacote de investimentos para fortalecer as forças repressivas estaduais. Ao todo, foram adquiridos 3.711 novos equipamentos, sendo que 1.544 foram entregues e o restante chegará entre o segundo semestre deste ano e o início de 2026. O aporte para a compra deste primeiro lote é de R\$ 15,4 milhões, com apoio de emendas parlamentares.

De acordo com o secretário estadual da Segurança Pública, coronel Hudson Teixeira, os armamentos serão utilizados pelas forças policiais do estado, além dos grupos de operações especiais das polícias Civil (PCPR) e Militar (PMPR), como, por exemplo, o Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre), a Companhia Independente de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas (Cirocam), o Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRone) e o Batalhão de Polícia Militar de Fronteira (BPFron).

A entrega dos novos fuzis faz parte de um pacote superior a R\$ 100 milhões entregue por Ratinho Junior e envolve cinco helicópteros, 35 caminhonetes RAM 3500 de grande porte, 56 viaturas L200, e equipamentos ópticos e táticos de última geração, como monóculos de visão noturna, designadores laser, miras de visão termal e sistemas de captação de imagens através de paredes. São 329 fuzis ARAD-7 calibre 7,62mm, de origem

israelense, avaliados em R\$ 3,6 milhões. Esse modelo adota um sistema a pistão de curso curto, o que aumenta a confiabilidade em condições severas e reduz o acúmulo de resíduos internos, diminuindo a necessidade de manutenções frequentes. “Trata-se de uma arma moderna, confiável e precisa, com um projeto modular e configuração do armamento para diferentes missões — de carabina compacta à função de atirador designado”.

Ainda este ano, devem ser entregues 1.500 carabinas Daniel Defense DDM4 V7S 5,56mm, adquiridas em parte por emendas federais; pelo programa Dobra, em que o Governo do Estado investe o mesmo montante destinado por parlamentares em emendas no orçamento da União, pelo Programa Paraná Mais Cidades e com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Também foram adquiridas 500 carabinas ARAD 300BLK 5,56mm para a Polícia Civil, da mesma fabricante do modelo ARAD-7.

O reforço da capacidade repressiva do estado não obedece ao perigo de alguma invasão externa, nem ao um incremento extraordinário do crime organizado. É a manifestação do fortalecimento do caráter repressivo do Estado burguês que se verifica em geral no país e, no caso do governador do Paraná, a afirmação de sua postura francamente fascizante, num momento de disputa pelo espólio bolsonarista. Apresentar-se como “linha-dura” conta como ponto favorável nessa disputa. Não se pode esquecer que o Paraná conta com um dos mais altos índices de escolas militares no ensino médio do país e encabeça o processo de privatização da rede estadual. Somados à alta letalidade da PM paranaense, fazem desse governador um candidato a candidato da extrema direita.

Santa Catarina: Prossegue a crise na direita bolsonarista

A disputa pelas candidaturas ao Senado Federal dentro do PL catarinense azedou de vez com o choque público ocorrido nos últimos dias entre a deputada estadual do PL Ana Campagnolo e os filhos do Bolsonaro, Carlos e Eduardo.

Ana Campagnolo denunciou que a vaga do Senado em Santa Catarina foi dada ao “filho 02” de Bolsonaro: “A vaga do nosso PL era da deputada Carol de Otoni, agora será dada ao Carlos”. Em resposta pública, Eduardo Bolsonaro defende que o irmão Carlos merece disputar o Senado pelo Estado de Santa Catarina por conta da sua dedicação à direita. O “filho 03” do ex-presidente afirmou que a deputada Campagnolo está agindo de forma “inaceitável” contra as lideranças que a apoiaram. O youtuber Allan dos Santos, delinquente refugiado nos Estados Unidos, chamou os políticos catarinenses de “canalhas” por não abraçarem o filho 02 do ex-presidente.

Setores internos do PL catarinense reivindicam a manutenção do acordo anterior entre o PL e o PP de apoiarem as candidaturas do senador Espiridião Amin/PP e da deputada Carol de Otoni/PL, acordo que foi desconsiderado por Jair Bolsonaro ao “impor” a candidatura do vereador pelo Rio de Janeiro, o carioca Carlos Bolsonaro para o Senado pelo estado de Santa Catarina.

Essa imposição já havia provocado “desconforto” no interior do PL, sendo publicamente criticada pelo empresariado catarinense. Já em junho, a Federação das Indústrias do Estado

de Santa Catarina (FIESC), divulgou uma nota pública em que se posiciona contra a “importação” de candidatos para representar o estado no Congresso Nacional. Em seu site oficial, a FIESC destaca que Santa Catarina “possui lideranças políticas preparadas e legítimas”. Posteriormente, em julho foi a vez do Marcelo Corrêa Petrelli, dono do grupo ND, um dos conglomerados de mídias mais poderosos do sul do país, assinar contundente editorial qualificando como um “erro” a imposição do nome do vereador carioca Carlos Bolsonaro como candidato dos catarinenses ao Senado no próximo ano.

Com a iminente prisão do Jair Bolsonaro e o consequente enfraquecimento do clã, alguns que suportavam o papel de capachos dessa corja começam a se insurgir e não aceitam a “cristianização” da deputada Carol de Otoni, cujo “mérito” mais destacado de fidelidade ao clã teria sido a renúncia à liderança da minoria no Congresso para ser substituída por Eduardo Bolsonaro, de modo a permitir que continue como deputado, mesmo estando fora do país.

Eis aí a podridão da política burguesa. Evidencia a decomposição das relações políticas e de poder entre oligarquias que haviam encontrado um rumo de centralização sob o comando do bolsonarismo e que agora não mais correspondem à marcha geral das acomodações políticas e econômicas no plano nacional e internacional.

Isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil é aprovada no Senado

No dia 05/11, o Senado aprovou a proposta do governo Lula de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, reduz parcialmente o tributo para quem ganha entre 5000,01 e 7.350,00. Além disso, prevê o aumento da alíquota mínima efetiva que varia entre zero a 10% para quem ganha de 50 mil a 100 mil por mês (ou 600 mil a 1,2 milhão por ano), e de 10% para quem ganha acima de 1,2 milhão por ano (milionários).

Se, por um lado, a faixa de isenção será ampliada, por outro o lado a alíquota crescerá ainda mais rapidamente, começando de 0% para 5.000,00 (isenção) e alcançando já a alíquota de 27,5% a partir de 7.350,00 em diante.

Apesar de passar a taxar a renda dos superricos obtida a partir dos dividendos, a medida inclui uma série de exceções como a renda obtida por meio de heranças e doações, rendimentos de poupança, LCIs (créditos imobiliários), LCAs (créditos do agronegócio), rendimentos de certos fundos imobiliários e agronegócio, entre outros. Além disso, a alíquota mínima de 10% implicaria que os milionários continuariam pagando menos imposto, proporcionalmente, do que um professor do ensino médio da rede pública.

Tal mudança não atingirá os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por mês, uma vez que já são atualmente isentos. Esse setor corresponde à grande maioria dos trabalhadores.

Conforme estimativas a partir dos dados da última PNAD Contínua Trimestral, cerca de 74,5% da população “ocupada” recebe até 3.036,00 reais (e já está atualmente isenta). Enquanto que cerca de 14% recebem entre 3.036,01 e 5.000,00 reais (passarão a ficar isentos com a mudança), e cerca de 4% entre 5.000,01 e 7.530,00

reais (obterão um desconto com a nova regra). Ou seja, apenas 18,5 milhões (18%), de um total de 102,3 milhões de pessoas ocupadas, terão algum tipo de benefício com a nova Lei.

Bastam esses dados para desmascarar a demagogia de Lula e Haddad de que o Brasil estaria alcançando mais “justiça tributária” e se tornando “um país mais justo”. Na prática, está claro a manobra eleitoreira do governo em oferecer uma migalha a um segmento da classe média arruinada que, mesmo sendo relativamente minoritário frente as dezenas de milhares de miseráveis, pode servir como o fiel da balança no jogo eleitoral no próximo ano.

O teatro entre governo e Congresso em torno da isenção do imposto de renda esconde a real situação de que a maior parte da carga tributária recai sobre os mais pobres na forma de impostos indiretos sobre o consumo (ICMS, IPI, ISS, PIS, COFINS etc.). Os mais pobres, que utilizam toda a sua renda em bens de primeira necessidade (sobrevivência), arcam com os impostos que os capitalistas repassam nos preços dos produtos.

A consigna revolucionária de nenhum imposto para os explorados, que os capitalistas paguem os impostos se materializa na bandeira da abolição de todos os impostos indiretos e a substituição por um imposto de renda progressivo sobre a burguesia, que, junto às demais reivindicações (não pagamento da dívida pública, salário mínimo vital etc.), serve para desmascarar a política pró-capitalista do governo Lula e do Congresso e preparar as massas para a destruição revolucionária do Estado burguês e de toda a sua carga tributária que recai quase que inteiramente sobre os explorados.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Novembro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Balanço da greve do metrô de Pernambuco

Greve do Metrô contra o sucateamento e privatização é suspensa após ameaça de multa



No dia 05 de novembro, após uma marcha em defesa do metrô a assembleia da categoria deliberou pela suspensão da greve. A decisão já havia sido selada na véspera, em acordo assinado pela CBTU e sindicato na Justiça do Trabalho. A empresa pediu a ilegalidade da greve, alegando que foi comunicada com menos de 72h de antecedência, prazo requerido para atividades essenciais e que o metrô parou 100%, a multa pedida foi de R\$100 mil por dia. O sindicato reivindicou um plano de investimentos e foi dado um prazo de 30 dias para a resposta da empresa ao mesmo tempo em que a greve seria suspensa. Após a audiência, a direção colocou a suspensão como único caminho, alegando que seria para tomar impulso e voltar depois. Diante disso, será importante avaliar a greve junto à categoria e indicar os caminhos para sua retomada, que será necessária diante da continuidade dos planos de privatização.

Na tarde do dia 05 foi realizada uma marcha que partiu da Estação Recife ao Monumento Tortura Nunca Mais, com palavras como “Nem sucateamento, nem precarização / É greve, É greve / Não à privatização”, “Lula vacilão / não à privatização”. Falas emocionadas e indignadas denunciavam os riscos de acidentes fatais pela intencional falta de investimentos.

O Boletim Nossa Classe atua na categoria expressando metroviários de base e apoiadores, participamos da assembleia de deflagração da greve, realizamos junto à UFPE um debate contra a privatização da Compesa, Metrô e a Reforma Administrativa no dia 31/10, estivemos no piquete no Centro de Manutenção de Cavaleiro, local fundamental para garantir 100% da paralisação.

Para a assembleia do dia 05, elaboramos um Nossa Classe defendendo a continuidade da greve, que foi distribuído por metroviários.

Eis o seu conteúdo:

É HORA DE FORTALECER A GREVE! BASTA DE SUCATEAMENTO! ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO!

Companheiros, o Boletim Nossa Classe tem o objetivo de contribuir com a vitória da greve dos metroviários. Para isso, expressamos aqui as preocupações de parte da categoria com os rumos das “negociações” a partir da audiência no TRT. Não podemos confiar em uma Justiça do Trabalho que age para quebrar as greves em troca de promessas vazias. Não temos nenhum motivo para confiar na direção da empresa e no governo Lula, que estão avançando, dia após dia no plano de privatização. Não podemos confiar em Raquel Lyra, que no dia 06 vai fazer marketing político visitando o metrô com possíveis “investidores” chineses. Temos de mostrar que a CBTU NÃO ESTÁ À VENDA e que seus trabalhadores estão dispostos a lutar até a vitória contra a privatização, contra o sucateamento, em defesa da empresa pública e dos empregos!

Diante disso, construímos com companheiros de luta as seguintes propostas:

1. Continuar a Greve por tempo indeterminado

Voltar ao trabalho agora é abortar o movimento que está só começando. Não podemos ceder diante das ameaças de multas e ilegalidade da greve. É preciso denunciar a ação antissindical da empresa e do governo. Em 2026, será mais difícil voltar à greve, por conta da pressão do calendário eleitoral. As direções eleitoreiras e governistas farão de tudo para blindar o governo Lula.

2. Carta de reivindicações da categoria com propostas claras

A) Plano de investimentos de R\$3,41 bilhões no metrô público

A categoria precisa ter o seu próprio plano de investimentos para manutenção e expansão, com liberação de 2025 a 2026 do montante de recursos previstos pelo governo (conforme página do BNDES R\$3,41 bilhões). É preciso exigir a liberação da primeira parcela de R\$1 bilhão em novembro de 2025. Dinheiro tem, mas para quem? Em 2024 foram gastos R\$40 bilhões em emendas parlamentares. São mais de R\$500 bilhões de renúncias fiscais ao grande capital. Em 2024 foi pago R\$1,997 trilhão de juros e amortizações da dívida.

B) Retirada da CBTU do Plano Nacional de Desestatização.

Sem derrubar a privatização, qualquer conquista de orçamento será uma engrenagem da política privatista. A hora de lutar é agora.

3. Massificar e expandir a greve

Convocar uma reunião aberta do Fórum contra as privatizações e aprovar ações de solidariedade ativa, pela vitória do movimento.

A categoria parou 100% do metrô e enfrentou com firmeza os pelegos e a polícia. Agora é preciso envolver todos os metroviários em ações diárias em busca de mais apoio dos demais trabalhadores. Que as centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantes convoquem suas bases para fortalecerem a greve do metrô. É hora de passar das palavras às ações. É urgente um Dia Nacional de Luta com paralisações em defesa dos empregos, salários e direitos. Contra as privatizações e a Reforma Administrativa.

A diretoria havia anunciado que falas de apoiadores seriam realizadas apenas no ato e só a categoria falaria na assembleia. Infelizmente, os metroviários de base que constroem o Nossa Classe não se expressam ao microfone na assembleia, embora sejam ativos nos piquetes, atos e um deles expresse a luta por independência de classe por meio de suas charges. A diretoria, porém, abriu a fala a parlamentares e, depois, a um professor da UFPE, ex-parlamentar. Percebendo a oportunidade de driblar o veto, um metroviário demandou nossa fala. Mesmo com todo o apelo emocional da diretoria e sabendo que a posição de fim da greve teria maioria, reafirmamos a defesa da continuidade.

Reproduzimos um trecho da fala:

“A Empresa e a Justiça do Trabalho vieram com uma medida de colocar uma chantagem em cima da categoria, ameaçando com a multa. Mas a categoria tem de afirmar que a greve é justa e legítima. A gente fez uma reflexão ao longo da marcha, falamos muito que essa greve é para proteger a vida dos usuários, porque não tem como rodar desse jeito, daqui a pouco vai ter um acidente fatal. E amanhã teremos as condições de segurança ou vamos continuar com a mesma situação? Eu vejo que essa questão de dar esses trinta dias para empresa, infelizmente não temos elementos para acreditar na palavra da empresa e nem mesmo na palavra do governo Lula. A gente tem de confiar na luta no movimento, nos nossos métodos. É hora de massificar essa luta e os metroviários deram uma lição ao parar 100% dos metrô. Isso é uma demonstração de força, mas ainda não é suficiente. A gente tem de fortalecer a greve. E como que a gente fortalece? massificando com a presença da categoria. Como que a gente fortalece? Chamando as centrais e os movimentos para garantir a presença aqui, não só de um ou dois dirigentes. O papel de uma central diante de uma greve tão importante é chamar todos os sindicatos da sua base e reunir e falar “como a gente pode contribuir para esse movimento ser vitorioso?”. Na origem da CUT era assim, tinha greve até de solidariedade, que não é greve corporativa. Esse é o momento de mostrar a solidariedade ativa, por isso nós do Boletim Nossa Classe estamos aqui apoiando o setor da categoria que está falando “não podemos voltar desse jeito, não podemos voltar só com uma promessa na mão”. Porque a gente sabe o quanto é difícil mobilizar depois que desmobiliza o movimento. A gente sabe que o ano que vem vai ser um ano eleitoral e aí aquelas direções que às vezes priorizam a eleição em vez do movimento vão blindar para não ter movimento. Então é hora de dar continuidade a essa greve, é hora de fortalecer o movimento, é hora de massificar e chamar centrais à sua responsabilidade de não deixar esse movimento isolado. Essa é a nossa saudação do Boletim nossa classe em defesa da greve, em defesa do metrô, em defesa dos empregos. Força na luta companheiros!”

A oposição Articulação Metroviária (PT e independentes) também votou pela continuidade da greve, é decorrente de uma divisão na diretoria que levou a duas chapas nas últimas eleições, separando PCdoB (vencedora) e PT. Porém, nos três dias de greve, seus integrantes em vez de irem aos piquetes e atos, se concentraram em agendas parlamentares na câmara de vereadores e manifestações na internet. A diretoria usou isso para afirmar que quem queria continuar a greve era irresponsável e não construía a greve. O que de forma alguma poderia ser atribuído aos companheiros que o Nossa Classe expressa, que estiveram na linha de frente das ações da greve. Nos piquetes, inclusive, havia diretores de base que estavam furando greve, mostrando que a greve ainda precisava ganhar mais coesão na categoria. As experiências de vacilação anteriores vão sedimentando uma desconfiança com o caminho da luta que deve ser combatida com firmeza. Em uma assembleia com baixa participação, a ampla maioria votou pela “suspensão”, com a promessa de voltar em 30 dias caso a empresa não apresente um plano de investimentos. O que metroviários de base refletiam era que mesmo que libere alguns milhões, não vai acabar com o sufoco e nem interromper a privatização.

No dia 06 de novembro, a governadora Raquel Lyra tinha agendada uma visita ao metrô com possíveis “investidores” chineses. A visita se deu tranquilamente, sem greve e sem manifestação, com o metrô funcionando. Perdeu-se uma excelente oportunidade de manifestar o repúdio dos trabalhadores à privatização.

Boletim Nossa Classe em defesa da greve

CARTA ABERTA ÀS CENTRAIS SINDICAIS, SINDICATOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDANTIS

TODO APOIO À GREVE DOS METROVIÁRIOS DE PERNAMBUCO

Contra o sucateamento e a privatização, em defesa dos empregos, salários e direitos

No dia de hoje, 03 de novembro, começou a greve dos metroviários. A adesão à paralisação está forte e piquetes procuram garantir que os fura-greves não desrespeitem a decisão coletiva da categoria. A Polícia Militar foi acionada e prendeu o presidente do sindicato, Luís Soares, que foi solto logo em seguida. O episódio, porém, reafirma a necessidade de defender o direito irrestrito de greve. Lutar não é crime! Lutar é necessidade dos trabalhadores!

O estopim para a greve foi o incêndio em um dos trens, no dia 25/10, um grave acidente que poderia ter deixado vítimas fatais. A causa tem raízes profundas, nos vários anos de falta de investimentos mínimos para a manutenção da rede metroferroviária. O sucateamento torna o dia a dia dos usuários do metrô um verdadeiro inferno, com quebras constantes, interrupção nos serviços, menos trens em circulação, maiores atrasos e lotação.

O estrangulamento orçamentário é um verdadeiro crime contra o povo trabalhador. Quem tem o poder de liberar os recursos é o governo Lula. No planejamento da privatização, conforme a página do BNDES, há a previsão de R\$3,5 bilhões de investimentos públicos para a privatização. Ou seja, para o metrô público não tem dinheiro, o orçamento de 2025 foi de apenas R\$165 milhões, muito abaixo do mínimo necessário. Porém, o governo tem bilhões para liberar em benefício da empresa concessionária. Isso é escandaloso. A falta de orçamento é intencional e a precariedade é uma engrenagem da privatização, pois joga os usuários contra os metroviários.

É fundamental que o movimento sindical, popular e estudantil mobilize suas bases em defesa do metrô público e em apoio à greve dos metroviários. Uma derrota da categoria será um prejuízo para toda a população trabalhadora. Uma vitória será a sinalização para todos os explorados e oprimidos de que a luta é necessária sempre que as condições de existência estejam ameaçadas pelos capitalistas.

É preciso quebrar a espinha dorsal da política privatista, que se manifesta em várias áreas, com leilão da gestão de escolas, parcerias público-privadas e com a contrarreforma administrativa. Em Pernambuco, a COMPESA está à beira da privatização, por responsabilidade da governadora Raquel Lyra (PSD). No governo federal, Lula (PT) está dando continuidade às contrarreformas e privatizações. Não revogou as malditas reformas da previdência, a trabalhista e a lei da terceirização.

Em 2022, na transição entre os governos, pactuou-se a continuidade da privatização do metrô de Belo Horizonte. Em 2023, os metroviários de Recife cobraram a promessa de campanha de retirar a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) do Plano Nacional de Desestatização (PND), criado por Temer. Fizeram uma importante greve, porém, não se ergueu um movimento massivo e ativo e as centrais sindicais não moveram uma palha para quebrar o isolamento e unificar com outras categorias.

Não podemos deixar que isso se repita. É preciso que as direções das centrais sindicais rompam com o governismo e o eleitoralismo e façam da greve do metrô o ponto de partida para um movimento nacional unitário contra as privatizações de trens e metrôs em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Que o metrô de BH e RJ seja reestatizado. É preciso unir a luta com todas as categorias atingidas pelas privatizações nos municípios e estados. Essa é uma luta vital em defesa dos empregos, dos direitos e dos salários. Em defesa do transporte público estatal, sob controle dos trabalhadores.

Por trás das privatizações está a voracidade do capital financeiro, que abocanha metade do orçamento da União para pagar juros e amortizações da dívida pública. Enquanto falta investimento no transporte coletivo, na educação e na saúde, sobra dinheiro para um punhado de banqueiros lucrarem. A luta contra a destruição das empresas estatais é parte da real soberania nacional. É parte do enfrentamento ao capital financeiro, pelo não pagamento da dívida pública.

O Partido Operário Revolucionário, por meio do Boletim Nossa Classe, atua junto aos metroviários pela vitória da greve

Que as grandes sindicais rompam com o governismo e cumpram seu dever: centralizar as lutas. As falas de apoio não são suficientes, é preciso impedir o isolamento das lutas. A força da classe operária e dos demais trabalhadores está na sua unidade. Que as centrais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta com bloqueios e paralisações em defesa dos empregos, salários e direitos.

Que as centrais, sindicatos, movimentos populares e entidades estudantis se articulem para garantir espaços de unidade entre trabalhadores e usuários, como comitês e fóruns contra a privatização, com ampla democracia e atividades nos locais de estudo, trabalho e moradia, em defesa do metrô público e contra todas as privatizações de estatais e de serviços sociais, inclusive por meio da reforma administrativa.

Que sejam convocadas assembleias populares nos locais de estudo, trabalho e moradia para lutar pelas reivindicações dos trabalhadores de empregos, salários, direitos e contra as privatizações.

Nenhuma confiança no terreno parlamentar. Confiar na força dos próprios trabalhadores. Em defesa do direito irrestrito de greve. Lutar não é crime! Lutar é dever!

Pronunciamento do POR na assembleia

Boa noite, companheiros, companheiras.

Eu vou fazer uma fala em nome do boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, que a gente constrói junto com companheiros também da categoria.

E a nossa análise nesse momento é que o metrô colapsou. Esse acidente do dia 25, é a gota d'água. Não podemos esperar um aci-

dente mais grave, um acidente fatal. O sistema já está paralisando por falta de condições.

É necessário, então, a categoria agora paralisar de forma consciente e organizada. Não por colapso do sistema, mas pela decisão de defender o metrô público e defender os empregos dos metroviários. Defender essa categoria e defender a empresa pública.

Quando a gente olha na página do BNDES, a gente vê lá que o plano do governo Lula, esse que tá aqui rindo, o plano dele, que tá lá no BNDES, é de privatizar, estadualizar e depois entregar para uma empresa. E depois que ele entregar para empresa, está lá escrito que vai liberar 3 bilhões e 500 milhões de reais, depois de privatizar. Antes de privatizar, não libera o dinheiro necessário para o metrô funcionar bem.

Quanto que eles entregaram esse ano? 165 milhões. Depois de privatizar, vai entregar bilhões? Ou seja, o metrô está assim não é por falta de dinheiro, não. É uma escolha política de sucatear, que quando sucateia é fácil fazer uma entrevista com o usuário e o usuário falar, pelo amor de Deus privatiza para ver se melhora, porque não aguenta mais o sufoco, não aguenta mais o medo de morrer só porque está pegando o metrô.

Então é necessária uma greve, mas não é qualquer greve. Greve de pijama, greve passiva é tiro no pé. É para falar: está vendo? É isso que acontece. Por isso tem de privatizar.

A greve para valer a pena tem de ser greve ativa e mobilizada. Como é que faz para greve ser ativa e mobilizada? Se aprovar greve, aprove comando de greve com a base envolvida. Se aprovar greve, aprova uma agenda de atividades. Não pode ter passividade, não pode ficar em casa.

Aquela jornada de trabalho que você tem de oito horas, em vez de ir para seu posto de trabalho, vai convencer a população na escola, no bairro, em tudo quanto é lugar, para mostrar esse discurso mentiroso. E também a gente precisa muito que as greves não fiquem isoladas. É necessário que as centrais sindicais cumpram o papel de uma central que é centralizar a luta, unir as categorias. Não é só diretoria de central, é base mesmo, solidariedade real.

Por isso que a gente faz essa defesa e a gente vê que muitas vezes isso não acontece por causa de ilusão governista, porque tem medo de fazer uma luta forte e isso afetar o governo. Mas o governo está afetando o povo, gente. O povo tem de se defender. E a greve, ela é uma autodefesa da categoria. É uma autodefesa do povo. Por isso também a gente convida o pessoal a não ter confiança e ilusão nesses métodos parlamentares e institucionais. Já esgotou esse caminho. Não vai ser mais audiência, não vai ser mais passagem com deputado.

Agora é a hora dos trabalhadores se organizarem e lutarem. Isso é uma luta vital pelo emprego e pela empresa pública. Então, convidamos os companheiros também para as atividades que a gente vai fazer amanhã oito e meia da manhã vai ter um debate na UFPE com os companheiros contra a privatização da COMPESA e do metrô nessa ideia de envolver mais gente nessa luta, fazer comitês, fóruns aí de unidade e então é isso, estão todos convidados e força na luta, todo apoio à luta dos metroviários. Viva a luta dos metroviários! Viva o metrô público!

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

São Paulo – ABC

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Bridgestone Santo André tem boa recepção pelos operários - é necessário fortalecer a luta por uma direção classista

No dia 4 de novembro, a militância do Nossa Classe/POR realizou uma nova distribuição do boletim na porta da Bridgestone, em Santo André. Mais uma vez, explicamos aos operários sobre a necessidade urgente de lutar para pôr abaixo todas as contrarreformas, em especial a Trabalhista, Previdência e Administrativa. E a reconquista da estabilidade para todos os trabalhadores, como parte de um programa de luta que unifique efetivos, temporários e terceirizados.

Durante a distribuição, houve operário que fez questão de pegar o boletim após ouvir as explicações e comprou o Jornal Massas. A boa recepção do boletim e a venda do Jornal demonstram que, mesmo diante do peso da exploração e da desilusão com a burocracia sindical, os trabalhadores têm disposição para ouvir uma voz classista e revolucionária, independente dos patrões e dos governos.

Percebemos que os trabalhadores com menos tempo de empresa demonstram maior receptividade. O que mostra que há

um setor operário que busca compreender as causas de sua precarização. A desilusão de parte dos companheiros mais antigos é compreensível: anos de traições, acordos rebaixados e conciliação com os patrões corroeram a confiança nos sindicatos. Por isso, é tarefa urgente reconstruir, a partir da base, organismos de auto-organização operária — comissões de fábrica, comitês de base e assembleias soberanas, que expressem as reais necessidades dos explorados.

Reafirmamos que não há saída progressiva dentro dos marcos do capitalismo decadente. A luta pela estabilidade, pelos direitos e contra as reformas deve se transformar em uma batalha por um governo operário e camponês. A cada boletim, a cada conversa na porta da fábrica, o Boletim Nossa Classe segue semeando a confiança de que a classe operária pode e deve dirigir a transformação da sociedade, sepultando o capitalismo decadente e construindo um mundo sem exploradores e explorados.

São Paulo – ABC

Bridgestone e a fraude do Programa Serenar: a luta é a única terapia de classe

A recente Reunião Tripartite envolvendo o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a direção do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo e Região (SINTRABOR) e a patronal da Bridgestone para celebrar e discutir o Programa Serenar de Saúde Mental, é uma clara manifestação do reformismo e da conciliação de classes. A notícia, amplamente divulgada como um "modelo" de parceria e cuidado, apresenta o Estado e a burocracia sindical como aliados da empresa na gestão do bem-estar operário. O Programa Serenar, com suas ações de orientação psicológica e consultoria, é oferecido como a solução para a epidemia de adoecimento mental na fábrica, e a visita do Ministro confere um selo de aprovação institucional a essa estratégia de "paz social".

Ocorre que a causa do adoecimento não está na falha individual do trabalhador, mas na própria estrutura de exploração capitalista que a reunião tripartite visa mascarar. Tal ato de conciliação baseia-se na superexploração de milhares de operários que trabalham sob condições degradantes para que um punhado de milionários aumentem seus lucros. A busca incessante por lucro, o ritmo de produção alucinante e as longas jornadas de trabalho são os verdadeiros agentes etiológicos que destroem a saúde mental e física do operário.

O "Serenar" não passa de uma concessão tática da burguesia: ele trata o sintoma (o trabalhador adoecido) sem tocar na raiz (a exploração). O papel do Estado, representado pelo Ministro (que outrora ocupou a função de burocrata sindical), é o de um mediador que atua para estabilizar o sistema, garantindo que a força de trabalho seja reparada apenas o suficiente para voltar à linha de montagem e continuar gerando mais-valia. A burocracia sindical, ao aplaudir essa parceria, trai os interesses históricos dos explorados, trocando a luta pela emancipação por uma "administração" paliativa da miséria.

Diante dessa farsa, a classe operária deve dar sua resposta independente. A cura para a miséria psíquica gerada pelo capitalismo não virá de falsas terapias oferecidas pela patronal, mas sim da derrubada das condições materiais de exploração do trabalho.

A solução passa pela mobilização de base, exigindo a redução imediata da jornada de trabalho, sem redução salarial (para que o trabalhador tenha tempo para viver e se recuperar) e a criação de Comissões de Saúde Operária, eleitas e controladas pelos trabalhadores, com poder de veto sobre ritmos de produção e condições insalubres. A saúde mental dos trabalhadores não é um problema a ser "serenado", mas uma bandeira de luta que só será vitoriosa quando o poder sobre a produção for arrancado das mãos dos patrões e posto sob o controle operário.

LANÇAMENTO**R\$5****Adquira com o distribuidor do jornal Massas:****Crítica programática ao PCBR****Apontamentos sobre os documentos do XVII Congresso extraordinário do PCBR****POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**MASSAS**
JORNAL DA REVOLUÇÃO E LUTA INDUSTRIAL

Ceará

Nenhuma demissão dos instrutores de autoescolas contra a desobrigatoriedade de instrução para a CNH

Instrutores e proprietários de autoescolas têm se mobilizado em todo o Brasil contra a proposta do Governo Federal de acabar com a obrigatoriedade das aulas teóricas e práticas em Centros de Formação de Condutores (CFCs) para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). No Ceará, o Sindicato dos Instrutores de Veículos Automotores (Sindvace) - dos trabalhadores - e o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Veículos (SindCFCs) - patronal - realizaram uma manifestação conjunta, dia 23/10, nas proximidades da Arena Castelão. A manifestação contou com a participação de 2 mil trabalhadores e mil veículos, demonstrando adesão da categoria. O Sindvace teme, sinceramente, a proposta do governo porque, segundo seus cálculos, pode levar à demissão de até 5 mil trabalhadores. O SindCFC, por sua vez, tem se ocultado, cinicamente, por trás desta bandeira apenas para melhor defender seus lucros. No ato público, chegaram ao cúmulo de falar do potencial aumento dos acidentes de trânsito que virão com a nova lei.

O embaralhamento e a mistura das reivindicações de ambos os setores, como visto na manifestação, apenas favorecem aos in-

teresses dos proprietários. O caráter corporativista dessa mobilização se evidenciou na aliança oportunista dos empresários com os trabalhadores da instrução, isto é, na política de colaboração de classes que une a burocracia do sindicato trabalhista com os proprietários. A patronal utiliza-se do temor da categoria com o desemprego para defender não apenas seus lucros, como o direito de explorar os milhares de instrutores que recebem salários de fome.

A mudança nas regras para a aquisição da habilitação atende a uma parcela dos trabalhadores que devem se beneficiar com o fim da obrigatoriedade do pagamento às autoescolas. Eis por que tal medida não encontra a resistência dos explorados em geral. Por outro lado, a defesa dos empregos, das condições salariais e a melhoria do sistema de aprendizado de trânsito precisa ser assimilada por todos os movimentos e organizações. É preciso rejeitar qualquer aliança com os empresários e exigir da CUT e demais centrais o apoio imediato à sua luta. A solução definitiva deste problema não será outra, senão a estatização imediata das autoescolas sob o controle dos trabalhadores e a estabilidade no emprego a todos os instrutores.

DIEESE publica o Balanço das Greves de 2024

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) publicou recentemente o seu levantamento, já tradicional, das greves no Brasil - no caso, as ocorridas em 2024. A visão panorâmica e quantitativa das mobilizações é um importante complemento da avaliação política delas. A análise desses dados cumpre um importante papel na compreensão da situação da luta de classes no país. Ajuda a assimilar as tendências gerais da ofensiva patronal e dos governos, bem como o caráter das reivindicações e as características das greves, que são aspectos decisivos na formulação da linha política do partido revolucionário.

Em 2024, o DIEESE contabilizou 880 greves e 35 mil horas paradas. Os dados mostram que, ao somar dias parados, os trabalhadores da iniciativa privada foram responsáveis por 50%, enquanto 64% das horas paradas corresponderam ao funcionalismo público. O que significa que há um equilíbrio em termos de quantidade de ações, mas os movimentos do funcionalismo são mais longos. Analisando o conjunto das categorias, sem a distinção público/privado, verifica-se que a ampla maioria das greves durou até 20 dias: 63,6% duraram 1 dia corrido; 20,6% perduraram de 2 a 5 dias; 7,6% foram de 6 a 10 dias; e 4,1% entre 11 e 20 dias.

Dividindo-se as greves entre as com tempo determinado, classificadas como "de advertência", e as por tempo indeterminado, a diferença é pequena: 49,4% para o primeiro caso e 46,7% para o segundo - para os 3,9% restantes não havia informação. As greves de advertência costumam ser aquelas com algumas horas somente, popularmente chamadas de "atrasadinhas", ou com poucos dias. São geralmente comunicadas com antecipação, com o objetivo de pressionar a patronal antes do anúncio dos resultados das negociações. A curta duração reflete, sem dúvida, a dificuldade de se sustentar movimentos mais duradouros diante das ameaças patronais, principalmente a de demissão. Mas, compõem esse qua-

dro também aquelas greves protocolares, que servem tão somente para direções sindicais pelegas fingirem que estão fazendo alguma coisa em favor dos trabalhadores.

Outro problema é o da abrangência. As burocracias sindicais geralmente dividem as categorias, não só em relação aos distintos setores, mas dentro de uma mesma categoria. Apenas 37% das greves envolveram categorias profissionais inteiras, e 63% isoladas por empresas (privadas ou estatais) ou unidades (do funcionalismo público). Sabe-se que essa divisão tem a ver com a política patronal e colaboracionista das direções dos sindicatos e das centrais, as quais alimentam entre os operários a ilusão de que é necessário negociar "o que é possível", daí a negociação por empresa, ou seja, parte-se de um rebaixamento das reivindicações e de métodos estranhos à história de luta da classe operária.

Uma direção verdadeiramente classista e combativa politiza a base levantando as reais necessidades dos trabalhadores, colocando em evidência os fenômenos da exploração e da opressão, e ergue a luta com os métodos próprios do proletariado, sempre deixando claro aos trabalhadores que a vitória ou a derrota dependem da correlação de forças e que, por isso, para vencer, é fundamental os trabalhadores se lançarem à mobilização combinando a agitação e a propaganda, com a máxima unidade no campo da independência de classe e utilizando sua força coletiva para derrotar os patrões e seus governos.

Porém, não é esse o caminho que as direções sindicais brasileiras têm seguido, e o estudo do DIEESE demonstra isso graficamente. Além do corporativismo, há a questão do caráter das greves. Das 880 paralisações realizadas no ano passado, 45,7% foram propositivas (que são aquelas em que se "propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas"); 80,2% foram defensivas; 49,7% tiveram como objetivo a manutenção de condições vigentes; 45,3%

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



aconteceram por descumprimento de direitos; 19,5% foram classificadas como de protesto, que, segundo o DIEESE, são aquelas “que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho”; por fim, apenas 0,3% foi de greves de solidariedade, ou seja, “ações em apoio a greves de trabalhadores de outra categoria”. Observa-se que a soma das parcelas supera 100%, pois “uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações”.

Como se vê, tem prevalecido um caráter limitado às reivindicações econômicas. O que não seria um problema em si, caso esses combates servissem de ponto de partida para mobilizações mais amplas e profundas. Não deveria existir oposição entre a luta pelas necessidades elementares das massas e as reivindicações políticas mais avançadas. Acontece que as direções criam artificialmente essa separação, bloqueando o avanço da consciência de classe dos trabalhadores. As greves curtas e por bandeiras rebaixadas vão minando a confiança dos explorados em suas próprias forças, na medida em que deixam de confiar nos próprios sindicatos, muitas vezes confundindo o instrumento de luta com a sua direção.

O que a experiência tem demonstrado é que mesmo essas greves limitadas só se concretizam mediante pressão da base das categorias, dado o agravamento das condições objetivas. Isso porque as direções alimentam ilusões nas tais “mesas de negociação”, nas “comissões paritárias” ou outras ferramentas institucionais cuja função é a conciliação de classes. Alimentam ilusão também nas instituições do Estado burguês, como o Parlamento e a Justiça.

No funcionalismo público, o registro foi de 392 greves nos três níveis da administração (municipal, estadual e federal), somando cerca de 23 mil horas paradas. Os municipais fizeram a maior parte dessas greves, 52%, ao passo em que a parcela maior de horas paradas coube aos federais (greves mais longas). 63% das greves desse setor se encerraram no mesmo dia da deflagração, 71% foram de advertência, com um predomínio das reivindicações defensivas, sendo que a luta por reajuste salarial foi a bandeira mais

recorrente, 55,1%.

As greves nas empresas estatais foram 46, paralisando cerca de 2 mil horas. Já na esfera privada, as greves somaram 440, com mais de 10 mil horas paradas. O setor de serviços acumulou 64% dessas mobilizações e 62% das horas paradas, sendo que 66% se duraram menos de um dia. Predominaram nesse setor as greves por tempo indeterminado (65%), com a amplíssima maioria ocorrendo no âmbito da empresa (92,3%), ou seja, isoladas. 86% dessas greves tiveram caráter defensivo, a maioria ligada ao descumprimento de direitos (59%). O pagamento de salários atrasados foi o ponto mais frequente na pauta das mobilizações (40,9%).

O fundamental desses números está em que demonstram que há disposição de luta por parte dos oprimidos. O problema está na profunda crise de direção revolucionária, que se estende fortemente sobre os sindicatos. As burocracias atuam de muitas maneiras para evitar que as lutas eclodam, negando-se a convocar as assembleias, por exemplo; e quando não conseguem impedi-las de vir à tona, atuam para freá-las e limitá-las, tanto em seu conteúdo (reivindicações) como na forma (métodos de luta).

O POR tem trabalhado para construir as frações revolucionárias no interior dos sindicatos, lutando para pôr em pé, onde não existem, e para fortalecer, onde já existem, as oposições classistas. Trata-se de ir forjando uma vanguarda a partir da experiência da luta de classes. Ganha enorme importância, nesse sentido, o impulso das reivindicações mais sentidas das massas, pois são elas que colocam os oprimidos em movimento, é a partir delas que a classe começa a transformar a si própria, dando o primeiro passo na conversão de classe em si em classe para si, ou seja, dando um salto em sua consciência. A intervenção do partido revolucionário, com o seu programa, aplicando a ciência do proletariado, que é o marxismo, sobre a realidade é fundamental para que as massas superem seu estágio puramente instintivo. E as greves jogam um papel decisivo nessa trajetória.

São Paulo

Realizado o Encontro Operário

No dia 25 de outubro, ocorreu o Encontro Operário mensal do Partido Operário Revolucionário. Com o objetivo de construir as células operárias, comissões de fábricas e oposições de luta, independentes, classistas e revolucionárias, o POR vem realizando de forma presencial com os contatos o Encontro Operário.

Na primeira parte, foram dados os informes sobre os problemas enfrentados pelos operários no chão de fábrica. Um operário informou que, devido ao aumento da produção, a Volks está convocando os metalúrgicos para trabalharem dois sábados adicionais como horas extras, ao mesmo tempo, a Volks colocou mais de 100 trabalhadores em lay-off, ou seja, parte dos trabalhadores está em casa com o contrato suspenso, recebendo 82% do salário, com a corda no pescoço diante da ameaça de perder o emprego, enquanto a empresa tira o couro dos que estão na produção. O companheiro denunciou os baixos salários pagos aos novos contratados. Enquanto os operários efetivos do grau 6 recebem R\$ 7.235,49, o salário inicial de um contratado é de apenas R\$ 2.367,69. O companheiro também disse que, segundo informação do próprio sindicato, cerca de 60% dos trabalhadores da ala 14 (montagem final) adquiriram doenças ocupacionais, devido ao ritmo acelerado da produção.

Essas denúncias atestam que o último acordo feito com a Volks foi de demissão, redução de salários e direitos. Ainda mais. A direção traidora do sindicato incluiu uma cláusula que permite a empresa demitir trabalhadores lesionados que não conseguirem trabalhar em postos indicados pelos açougueiros do departamen-

to médico da empresa. Também confirmam o acerto do POR e do Boletim Nossa Classe, desde 2001, de defesa de uma campanha permanente contra os acordos de demissão, terceirização, Banco de horas, redução de jornada com redução de salários, Lay-offs, PDV's. Essa flexibilização capitalista permite a Volks e demais empresas aumentarem a exploração da força de trabalho, produzirem mais com menos trabalhadores, reduzirem custos e aumentarem seus lucros.

No caso da Volks, esses acordos de demissão e retirada de direitos, negociados com a burocracia sindical, servem unicamente para aumentar a superexploração do trabalho. Lembremos que a Volks em 2024 obteve em nível mundial um lucro líquido de €12,39 bilhões (R\$ 78,19 bilhões) e um crescimento de 19,3% nas vendas.

A conclusão dessa discussão foi a de que é necessário construir urgentemente as comissões de fábrica de luta, independente, classistas e revolucionárias para combater a política de conciliação e expulsar a burocracia do sindicato. Construir uma direção revolucionária que organize a luta coletiva da classe operária contra as demissões e o fechamento de fábricas por meio da greve, da ocupação de fábricas, do controle operário da produção e da estatização sem indenização. Defender um sindicato que se coloque a serviço da estratégia da revolução e ditadura do proletariado, da luta pelo socialismo.

Na segunda parte, foi discutido o problema da desindustrialização e a resposta proletária. Os dados da desindustrialização

apresentados no Encontro confirmam a tese marxista de que a burguesia nacional, pelo seu caráter entreguista e de subordinação ao imperialismo, é incapaz de desenvolver a indústria nacional. No Brasil e demais semicolônias, são as multinacionais que controlam os ramos-chaves da economia, portanto, são as que determinam o quê, quanto e o preço de tudo que é produzido. A mesma burguesia imperialista que financiou segundo seus interesses setores da economia como a mineração, ferrovias, indústria automobilística e outros, agora, devido à crise de superprodução capitalista estão fechando suas fábricas, como aconteceu com as quatro unidades da Ford no Brasil, a LG em Taubaté, a Toyota no ABC, a CAO A Chery em Jacaré e muitas outras, causando demissão em massas e miséria para a classe operária.

Em meados da década de 1980 o setor industrial chegou a ser responsável por quase metade do PIB brasileiro. Desde a década de 1990, entretanto, o Brasil tem sofrido um processo de desindustrialização que se agravou severamente nos últimos 10 anos. A indústria de transformação que em 1985 representava 36% do PIB terminou o ano de 2021 com apenas 11% de participação na produção nacional. Mais grave ainda foi a queda da participação da indústria brasileira na produção mundial. Em 1995, a indústria manufatureira representava 2,77% da produção mundial, percentual que hoje é de apenas 1,28%, ou seja, praticamente a metade, como mostra recente estudo elaborado pela CNI.

O Brasil continua sendo uma semicolônia exportadora de matérias-primas. O governo burguês de Lula, defensor da propriedade privada, dos interesses da burguesia nacional e do imperialismo, vem protegendo os capitalistas em detrimento das massas trabalhadoras. O plano safra de R\$ 500 bilhões entregue pelo governo aos empresários do agronegócio; o plano “Nova Indústria Brasil” que entregou R\$ 300 bilhões à burguesia industrial e o pagamento de mais de R\$ 1 trilhão da dívida pública aos banqueiros e ao capital financeiro no último ano, mostra o caráter burguês, antinacional e antipopular do governo Lula. O programa “Nova Indústria Brasil” não tem nada de desenvolvimento da indústria nacional como afirma o governo Lula e a burocracia sindical governista. Ao contrário, é um plano de ajuda aos empresários que estão sendo beneficiados com bilhões do dinheiro público, enquanto fecham fábricas e demitem em massa a classe operária.

Na fase imperialista atual do capitalismo, os sindicatos ou defendem uma política revolucionária ou uma política burguesa. A burocracia sindical ligada a CUT, Força Sindical, Conlutas e demais centrais abandonaram a luta em defesa do programa próprio de reivindicações da classe operária e passaram a defender acordos antioperários que garantem os interesses dos capitalistas e

multinacionais. Somente um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, que será resultado de uma revolução social, colocará fim a propriedade privada e estabelecerá a propriedade social, coletiva dos meios de produção, poderá expropriar e nacionalizar sem indenização, sob o controle operário a indústria e demais setores da economia.

A tarefa colocada à classe operária e aos demais explorados é a de construir nosso próprio partido, operário revolucionário, que combina a luta pelo programa próprio de reivindicações do proletariado à estratégia da destruição do capitalismo e à construção do socialismo.

No último ponto do Encontro, houve a continuidade do estudo dos ataques à classe operária contidos na contrarreforma trabalhista e a luta que o partido vem fazendo. Dividimos o estudo da contrarreforma trabalhista em quatro partes. No encontro de julho, o documento trazia todos os ataques aos direitos da classe operária como a terceirização, banco de horas, teletrabalho, contrato intermitente etc.; no encontro de agosto, o estudo mostrou o ataque à organização sindical. Em setembro, o documento tratou do fim da negociação coletiva, prevalecendo o negociado sobre o legislado. No Encontro de outubro que tratou do “acesso à justiça” e a redução do intervalo intrajornada, o estudo mostrou mais dois ataques da contrarreforma aos trabalhadores. O primeiro foi o de permitir a redução do horário de almoço de 1 h para 30 minutos. O segundo, foi permitir que a patronal contrate um escritório de advogados para fazer sua defesa contra os trabalhadores que recorrem à justiça para receber seus direitos. Antes a empresa era obrigada a enviar preposto, como encarregados, gerentes etc.

A aprovação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização aprovadas pelo governo Temer e Bolsonaro e mantidas pelo governo burguês de Lula, significaram um duro golpe à classe operária e aos seus direitos conquistados com muita luta no passado. A estatização e a apolítica de conciliação da CUT, Força Sindical e demais centrais impediram que a classe operária utilizasse seu método próprio de luta que são a greve, a ação direta e coletiva para colocar abaixo as contrarreformas. A burocracia sindical de esquerda ligada a Conlutas-PSTU, por não ter uma política revolucionária, nada fez nos sindicatos que representa para organizar a luta independente da classe operária para derrotar as contrarreformas. Ao contrário, os sindicatos ligados à Conlutas passaram a negociar os acordos antioperários com a patronal. A tarefa urgente colocada é a de construir as oposições classistas e revolucionárias em todos os sindicatos, para expulsar a burocracia de direita e esquerda e resgatar os sindicatos para a luta de classes.

A farsa imperialista da COP30 e a capitulação da burocracia sindical dos Metalúrgicos do ABC

O debate em torno à crise climática, corporificado em fóruns multilaterais como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), revela a mais aguda contradição da época imperialista: a incapacidade do capitalismo de sobreviver sem destruir as bases da vida humana. Não se trata de uma genuína busca por soluções planetárias. A COP30 não passa de uma farsa ecocapitalista onde a burocracia sindical, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, se opõe à revolução social e alimenta a ilusão da “transição justa” nos marcos do modo de produção capitalista.

A teoria trotskista da Revolução Permanente ensina que a burguesia, mesmo em suas variantes semicolônias, tornou-se incapaz de resolver as grandes tarefas democráticas e de libertação. No século XXI, a crise ecológica se impõe como a maior dessas tarefas, exigindo uma reestruturação radical do modo de produção. A

COP é onde os Estados nacionais — meros comitês de gestão dos negócios da classe dominante — se reúnem para disputar a partilha dos “mercados verdes” e das novas tecnologias que garantirão a taxa de lucro em um cenário de escassez.

As propostas centrais na COP, como o “financiamento climático” e as “Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)”, não atacam a raiz do problema: a propriedade privada dos meios de produção e o imperativo capitalista da acumulação infinita. Em vez disso, promovem soluções de fachada, como a compensação de carbono e o desenvolvimento de “empregos verdes” (muitas vezes precários e mal remunerados, como revelam os dados do DIEESE), que servem apenas para perpetuar o ciclo de exploração. Trata-se, portanto, de uma superestrutura política destinada a maquiagem a destruição da natureza em função da acumulação de capital. O proletariado não participa; é convidado apenas como

público expectador ou como objeto passivo de políticas de "requalificação".

Nessa situação, a postura de setores influentes do sindicalismo brasileiro, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ilustra a essência do reformismo burocrático. A busca por participar do "diálogo social" com as corporações e o Estado burguês, simbolizada pela presença em painéis ao lado de grandes empresas (como Marcopolo e MBC) para debater "Soluções Brasileiras para a Transição Justa", representa uma traição ao programa histórico da classe operária.

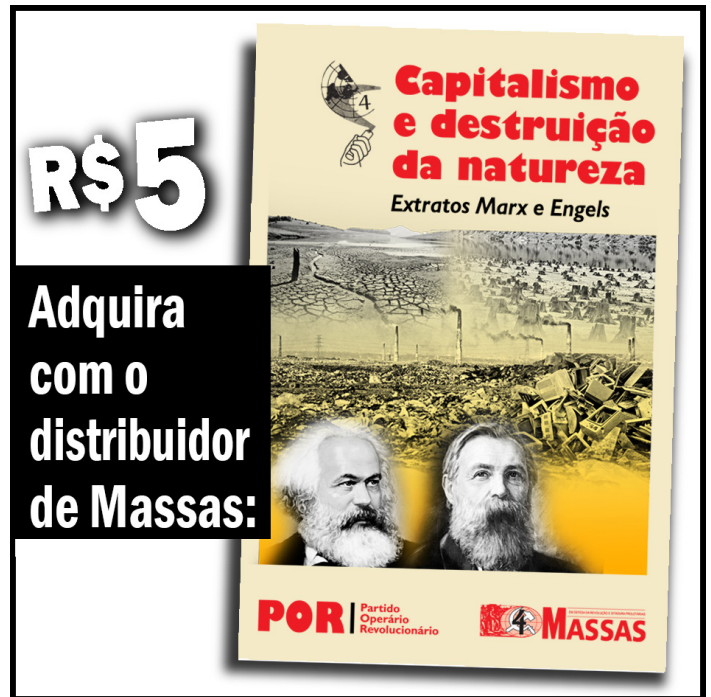
A crise climática, para a classe operária, deveria se traduzir na exigência de expropriação sem indenização das petroleiras, mineradoras e do agronegócio poluente, conversão da indústria sob controle operário para a produção de tecnologias limpas e transporte coletivo, e redução drástica da jornada de trabalho para redistribuir a riqueza, o emprego e o tempo livre, permitindo o planejamento produtivo verdadeiramente sustentável.

No entanto, o sindicato, sob a direção da burocracia estatizante e agente da conciliação de classes, passou a ser o principal obstáculo da luta operária por seu programa próprio de reivindicação. A organização sindical adere à "cartilha do governo" e das Centrais Sindicais, que buscam apenas inserir cláusulas de "transição justa" em acordos coletivos e fomentar a criação de "empregos verdes" dentro das leis capitalistas do mercado. Esta é a manifestação da burocracia sindical que, para garantir sua estabilidade e financiamento, troca a independência de classe pela colaboração com o inimigo, iludindo a base de que a salvação virá de cima ou do diálogo em fóruns tripartites.

Em última análise, os distúrbios climáticos e a farsa da COP demonstram que a época imperialista é a época das catástrofes. O capitalismo não pode ser "verde"; a exploração da natureza é indissociável da exploração do trabalho. A única transição justa, soberana e popular só pode ser a transição do capitalismo para o socialismo internacional, onde a produção é planejada democrati-

camente pelos trabalhadores em função das necessidades humanas e da preservação planetária, e não em função do lucro.

O verdadeiro papel do sindicalismo, é ser o organizador da vanguarda do proletariado, rompendo com a colaboração de classes e levantando um programa intransigente de luta pelo poder operário. Enquanto a direção dos Metalúrgicos do ABC e das centrais sindicais persistir na via reformista, participarão da farsa, servindo ao capital e adiando a única solução real, que é a da revolução social.



R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

ICMS-educação e o aumento da pressão sobre os professores por resultados nas avaliações externas

Em 2020, durante a Pandemia, o governo Bolsonaro sancionou o que ficou conhecido como o "ICMS-educação", que se trata da Emenda Constitucional 108/2020. A partir dela, parte dos 25% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados apenas seria repassado aos municípios "com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade" (EC 108/2020). Esta legislação estabelece que no mínimo 10% do ICMS dos estados deve ser creditado aos municípios com base nos indicadores educacionais, medidos, sobretudo, com base nas avaliações externas, tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Paulista, Prova São Paulo dentre outras.

Em 2022, o estado de São Paulo regulamentou a EC 108/2020 por meio da Lei Estadual nº 17.575/2022. A partir disso, gradativamente (de 2023 a 2026), o estado de São Paulo distribuiria 10 a 13% do seu ICMS aos municípios, com base nos indicadores educacionais. De acordo com a Seduc-SP, hoje, metade desse valor é calculado exclusivamente com base nos indicadores educacionais, com base nos seguintes critérios: "I - desempenho nas provas de avaliação; II - evolução do desempenho nas provas de avaliação; III - taxas de participação nas provas de avaliação; IV - taxas de reprovação; V - taxas de abandono" (Lei Estadual nº 17.575/2022). Para 2026, a proposta da Seduc-SP é de que 100% do ICMS educação paulista seja repassado aos municípios com base nesses critérios.

Um primeiro aspecto a considerar: o ICMS-educação estipula critérios de repasse, não de destinação de verbas. Assim, os muni-

cípios que arrecadarem mais em função dos resultados educacionais, não necessariamente destinarão tais recursos à melhoria da educação pública.

Um segundo ponto é que o ICMS-educação concretiza no Brasil a tendência política neoliberal que condiciona a gestão pública à obtenção de resultados, por meio de critérios arbitrariamente definidos pelas classes dominantes.

Por meio dessa política, os profissionais da educação em todos os municípios são pressionados de maneira cada vez mais incisiva pelo aumento dos índices pelas prefeituras, em função dos repasses potencialmente bilionários. Com a nova alteração prevista no estado de SP, tal pressão tende a se agudizar.

Todas as imposições atuais sobre os educadores, tais como a plataformação, a imposições de dias letivos adicionais para preparação para as provas, a criação de uma rotina de testes, por vezes diária, tudo com o objetivo de preparar os estudantes para as avaliações externas, tem só um objetivo: aumentar a arrecadação dos municípios. E essa verba possivelmente nem será utilizada na educação pública.

Assim, uma primeira conclusão é que a pressão pela "melhoria dos índices" não tem relação com a melhora da aprendizagem ou preocupação com a qualidade da educação. A questão é econômica, de aumento de repasse de verba para uso de acordo com as prioridades dos prefeitos.

Junto a isso, é necessário denunciar a conivência do governo

Lula-Alckmin, que mantém essa política neoliberal e é cúmplice da pressão exercida sobre os professores em todo o país.

A educação pública vive em estado precário: salas de aula lotadas, jornada exaustiva, professores em permanente estado de adoecimento, ausência de funcionários, dentre outros tantos problemas. Apesar disso, os governos burgueses, sem contribuir na superação de qualquer um desses problemas, passam a exigir resultados com base em critérios arbitrários e que não são capazes de expressar o real nível de aprendizado dos estudantes, como as avaliações externas. Ao contrário, tendem a reforçar as desigualdades, visto que municípios e regiões mais ricas tendem a apresentar resultados melhores, ficando a pressão e a violência do estado sobre as escolas mais vulneráveis.

O ICMS-educação não só não melhora a aprendizagem, como ignora as condições nas quais a Educação Básica acontece. Como resultado, aumenta-se a pressão sobre uma categoria já muito adoecida, o que implicará mais enfermidade aos professores e destruição dos projetos pedagógicos construídos pelas comunidades, sem qualquer melhoria efetiva da educação pública.

A Corrente Proletária na Educação rejeita a política do ICMS-educação, assim como um modelo educacional que seja pautado pelos índices nas avaliações padronizadas. Nada disso responde

aos problemas reais da educação pública em qualquer parte do mundo.

É preciso lutar por condições de trabalho (diminuição do número de alunos por sala e da jornada docente), aumento do número de funcionários, assim como sua efetivação imediata. Também é necessário garantir um salário mínimo vital com reajuste mensal automático e cessar a política de bonificação por resultados. É preciso reestatizar todos os setores privatizados da educação pública. Em última instância, é necessário outra concepção educacional, uma que conecta a Educação Básica à produção social, colocando a educação sob o controle de quem nela estuda e trabalha.

Nesse momento, nossa tarefa é denunciar o ICMS-educação e a pressão sobre os docentes em função da nefasta política que impõe como finalidade da educação o aumento dos índices nas avaliações externas. Junto a isso, temos de levantar nossas reivindicações transitórias, como respostas aos reais problemas da educação pública.

Abaixo o ICMS Educação e as avaliações externas!

Toda verba necessária à educação pública, gratuita, laica e universal em todos os níveis, vinculado à produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha!

Teses da CPE-POR para o 37º Congresso Nacional do Sinasefe

A CPE-POR atua no sindicato dos trabalhadores da educação da Rede Federal dos IFs e, atualmente, prepara sua intervenção no próximo Congresso Nacional, que será entre 11 e 14 de dezembro na cidade do Rio de Janeiro, como tema: "Educação pública para um Brasil soberano! Derrotar nas ruas a extrema direita e a agenda neoliberal". Ainda não está clara a programação, mas uma vez que não se trata de congresso eleitoral nem estatutário, estamos alerta com relação a movimentação da burocracia diante das eleições do ano que vem e do fato de terem mudado o congresso para o Rio mesmo às custas de uma enorme alta nos gastos. Participaremos com delegação. Como parte dessa preparação e construção foram discutidas três teses:

1 – Conjuntura Internacional e Nacional: muito tempo as plenárias e congressos do Sinasefe mal falam da conjuntura internacional, mesmo ela estando tão alarmante, com tantos episódios. Em nossa tese, destacamos o lugar da Guerra da Ucrânia e dos conflitos no Oriente Médio; a guerra comercial e a política do segundo mandato de Trump, com destaque a seu intervencionismo na América Latina. Na nacional, temos a questão do tarifaço dos EUA ao Brasil, bem como a política de ataques do governo Lula/Alckmin;

2 – Educação Federal: no contexto da greve de 2024, o não cumprimento do acordo de greve e de novos ataques ao funcionalismo, com destaque para a contrarreforma administrativa;

3 – Opressões: onde continuamos a defender nossa formulação programática de que toda opressão decorre da opressão de classe, isto é, da opressão burguesa sobre a maioria explorada. Em subtópicos, desenvolvemos sobre os negros, as mulheres, os homossexuais e transsexuais e sobre os povos indígenas.

Apesar do pouco tempo para a campanha de assinaturas, ainda assim, conseguimos que alguns contatos assinassem. Diante do governismo da direção nacional e da forma apressada como esse congresso foi organizado, nossa atuação no mesmo é essencial, para denunciar o aparelhamento do sindicato em prol da corrida eleitoral de 2026, bem como a política da direção nacional diante do não cumprimento do acordo, da continuidade dos cortes de verba e da enorme ameaça da contrarreforma administrativa, da direita fascizante obscurantista e reacionária.

Nota de repúdio à perseguição política aos dirigentes sindicais do Sindsifpe

A Corrente Proletária/POR manifesta repúdio ao processo aberto na Polícia Federal pelo Diretor de Ensino do IFPE Campus Afogados contra os coordenadores sindicais do Sindsifpe.

Manifestamos total apoio aos companheiros que estão sendo perseguidos por defenderem a servidora que sofria assédio no campus durante a greve de 2024. A perseguição à dirigentes sindicais representa um ataque à organização independente dos trabalhadores.

É necessário convocar as assembleias presenciais nos campi para que os servidores aprovelem uma resposta coletiva a esse grave ataque da burocracia institucional.

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

XXVIII Congresso da Apeoesp

Educação pública sob ataques dos governos



Lições e Tarefas do Movimento dos Professores



Rondônia

Debate sobre o ataque de Israel à Flotilha

No dia 30 de outubro, integrantes do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que se encontra vinculado ao Grupo de Pesquisa HISTEDBR/UNICAMP, organizaram um debate no auditório da Unir – Centro de Porto Velho sobre o ataque à Flotilha por parte de Israel.

Como debatedora, convidaram Ariadne Telles, estudante egressa do curso de Direito da UNIR, que é integrante da “Global Sumud Flotilha”. Ariadne relatou a trajetória da última atividade da Flotilha destacando os episódios dessa ação de solidariedade internacional em defesa do povo palestino, que levava alimentos remédios etc. Ariadne Telles, esteve presa por quase uma semana no decorrer do dia 1 de outubro, junto aos demais brasileiros que integravam a ação humanitária, e foram libertados devido a pressão internacional no dia 7 de outubro.

Nos relatos, foram demonstradas as atrocidades que o exército sionista de Israel desfechou sobre todos os integrantes da Flotilha,

desde prisões, tomada dos barcos e alimentos que foram jogados ao mar, os objetos pessoais saqueados, inclusive as roupas. Isso sem contar com os riscos de morte por bombas que foram jogadas pelo exército israelense sobre os barcos através de drones.

Apesar da especificidade do debate sobre a Palestina, a militância da Corrente Proletária/POR não apresentou manifesto específico, pois além de se tratar de um debate acadêmico de um grupo de pesquisa, também não houve uma ampla divulgação. Nossa militância tomou conhecimento do debate no decorrer de uma atividade que se realizou no interior do ato, decorrente das ações do Andes, referente à mobilização nacional de 29 e 30 de outubro. A mobilização indicou a paralisação das atividades acadêmicas nas IFES contra a reforma administrativa. Dessa maneira, nossa intervenção se deu apenas com a distribuição do manifesto da nossa campanha nacional contra a reforma administrativa e sobre a chacina no Rio de Janeiro.

Rondônia

Avaliação da paralisação de 48 horas, 29 e 30 de outubro

Nos dias 29 e 30 de outubro, a direção da Associação dos Docentes do Estado de Rondônia (ADUNIR) ficou dividida entre atividade da entidade e atividades acadêmicas. A entidade saiu das mãos de uma gestão bolsonarista e passou ser conduzida por uma direção que agregou militantes maoísta e de outras orientações políticas. Foi um passo importante para o qual apresentamos apoio crítico. No entanto, agora estamos em uma encruzilhada na qual militantes que foram fortes e decisivos nesta retomada, agora mostram-se sem compromisso em dar continuidade ao fortalecimento da entidade, e se entregam ao fortalecimento de atividades acadêmicas, como a orientação gramsciana da “ocupação de espaços na sociedade civil”, ao invés de fortalecer as lutas para destruir a opressão de classe.

O que a militância da Corrente Proletária da Educação (CPE/POR) percebeu, ao buscar informações sobre a paralisação, foi o isolamento da divulgação, limitada ao interior da universidade sobretudo focada no campus de Porto Velho e sem nenhum vínculo com as entidades da Unir. Por falta da unidade das entidades da universidade, não compareceram o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Sindicato dos Servidores da Universidade (Sintunir), e pior ainda, foi a ausência dos próprios componentes da direção da Adunir, em que o presidente da entidade ficou sozinho com o compromisso da realização de três debates distribuídos nos três turnos.

Só os poucos integrantes da base que são assíduos no comparecimento das assembleias tomaram conhecimento através de uma assembleia híbrida, que ocorreu no dia 14 de outubro, e posteriormente de modo tímido pelo grupo de WhatsApp da entidade, que divulgou os dois dias, 29 e 30, do debate em torno à reforma administrativa como programação das 48 horas de paralisação nacional das atividades das IFES, em protesto para pressionar o governo, visando barrar a contrarreforma administrativa. Esperávamos, já que a base dos campi não foi mobilizada para se deslocar, que houvesse um esforço para que pelo menos uma representação de outros campi estivessem presente. Porém, não foi o que ocorreu.

O professor Otacílio, presidente da Adunir, se comprometeu com o debate, os demais integrantes da entidade compareceram para fortalecer a atividade, principalmente aqueles que trabalham

no campus de Porto Velho. Enquanto isso, à noite dois dos integrantes da direção da entidade, organizaram e participaram de uma mesa de debate numa atividade acadêmica de um grupo de pesquisa, no auditório da reitoria. Não desmerecendo a importância do debate que organizaram, mas poderia por ser uma atividade local ter sido proposta para outro dia sem contribuir para o esvaziamento da atividade colocada no interior da paralisação nacional.

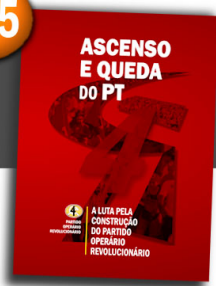
A militância da Corrente Proletária/POR compareceu nos três turnos de debate chamado pela Adunir, e constatou o esvaziamento da atividade. Rechaçou a conduta dos demais membros da reitoria que colaboraram para o enfraquecimento da atividade. Esses deram as costas para a organização de um combate tão decisivo sobre a vida dos milhares dos servidores públicos e dos explorados do país em geral. A reforma administrativa põe em risco a nossa existência, nossas condições de vida e trabalho, são perdas de importantes conquistas trabalhistas e amplia a precarização do trabalho em todos os âmbitos e ataca a vida da maioria explorada.

Nossa intervenção se deu com falas, com manifestos nacionais sobre a chacina no Rio de Janeiro e sobre a reforma administrativa e com propostas de organização das unidades entre as entidades e movimentos sociais classistas para pôr em pé um Dia Nacional de Luta com a finalidade de paralisar todos os postos de trabalho da cidade e do campo, bem como trabalhar em defesa de um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia, como esse que acaba de ocorrer no Rio de Janeiro.

Adquira com o distribuidor: **R\$35****ASCENSO E QUEDA DO PT**

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Formação Política - “Fascismo: O que é e como esmagá-lo”

No dia 25 de outubro, ocorreu a formação política de Recife-PE, teve como tema o “Fascismo: o que é e como esmagá-lo”, a partir de extratos do livro “Como esmagar o fascismo” de Leon Trotsky, sendo dividido em 5 partes: O que é fascismo; Capítulo 1: O fracasso da vanguarda proletária e o peso da pequena burguesia (Conjuntura 1930, o giro da Internacional Comunista e a situação alemã); Capítulo 2: Hitler, um milico insignificante? (Conjuntura de 1931); Capítulo 3: Ruas sitiadas por milícias, sucesso eleitoral nazista e a morte da socialdemocracia (Conjuntura de 1932); Capítulo 4: A ascensão do nazismo sob uma esquerda desorganizada e uma burguesia unida (Conjuntura de 1933; o que é o Nazismo).

O tema foi escolhido considerando as eleições do próximo ano, onde as direções reformistas já falam de derrotar a ultradireita “fascista” nas urnas. Porém, os reformistas convocam o combate à ultradireita, inclusive formando comitês, apenas para disputas eleitorais. Assim ocorreu na disputa eleitoral em 2018, onde formaram comitês antifascistas que foram dissolvidos quando Bolsonaro foi eleito, sob os cumprimentos de Haddad/PT. Ou seja, se estava diante de um governo fascista, por que os comitês não permaneceram para organizar a luta das massas contra os ataques?

Diante disso, o POR convocou a vanguarda para estudar o que caracteriza o fascismo e a importância da classe operária e demais oprimidos reconhecerem a importância de enfrentá-lo. Principalmente, no momento em que a burocracia sindical se utiliza das fragmentações da burguesia e avanço da ultradireita para caracterizar levemente de “fascistas” todos que defendem que os explorados devem se organizar por suas reivindicações com seus métodos próprios de luta, com independência perante o governo; ou, quando o reformismo defende que os métodos de luta da classe operária fortalecem os movimentos fascistas. Assim, neste balanço traremos uma síntese dos principais pontos discutidos na formação.

O fascismo é uma tendência política reacionária impulsionada pelo capital financeiro e expressada pelas classes médias. Se manifestou no início do século XX, como movimentos reacionários diante de movimentos revolucionários. A arregimentação das classes médias (às vezes armada) para os movimentos fascistas se dá contra o Estado burguês e contra a organização das massas. Estes movimentos reacionários vão se desenvolver de acordo com as condições para se instalarem.

O fascismo é a resposta de uma fração da burguesia, aparece quando o modo clássico da democracia burguesa entra em crise. Mas, a burguesia prefere os meios não turbulentos, e apenas recorre ao fascismo quando não há outro caminho. Pois, a forma do Estado burguês muda quando o fascismo assume o poder.

Além da caracterização, discutiu-se sobre como a classe operária deve enfrentar o fascismo e os erros cometidos pelo estalinismo, que mais preocupado em manter o poder burocrático sob o estado operário, primeiro negou as diferenças do reformismo da Socialdemocracia e o fascismo, negando a necessidade de unidade contra o avanço do movimento fascista, uma posição ultraesquerdista – uma análise errada de caracterizar a Socialdemocracia como social-fascismo e do processo de fortalecimento de Hitler; depois, quando Hitler ganha as eleições, Stalin chama a “Frente Popular” contra o fascismo. Enquanto Trotsky defende a Frente Única contra o fascismo, que não pode ser confundida com frente eleitoral, visto que, as eleições não são o caminho para derrotar o fascismo. A Frente Única aponta o caminho de marchar contra o fascismo sem abandonar o programa da classe operária, sem se dissolver em uma frente ampla com setores da burguesia, como fez Stalin ao apoiar a II Guerra Mundial, sob o argumento de derrotar o fascismo, subordinação que foi concluída com a dissolução da III Internacional, como sinal de coexistência pacífica com o imperialismo.

A resposta proletária ao fascismo passa por organizar ações conjuntas em unidade prática, sem confundir bandeiras e programas, como a defesa das milícias operárias para combater a ofensiva fascista, que ataca as organizações das massas. Sobre a tese de que o método de luta da classe operária é responsável pelo movimento fascista, Trotsky respondeu, dando o exemplo da Áustria, de que o fascismo não surge propriamente em resposta à radicalização da classe operária, mas, como disputa do Estado burguês. Assim, vemos atualmente no Brasil um avanço da ultradireita fascizante, sem levante da classe operária, há tantos anos amordaçadas pela política de conciliação de classes.

Na Alemanha, o avanço do fascismo repercutiu da 1ª Guerra Mundial, com avanço do empobrecimento. A pequena burguesia arruinada foi embrião para o fascismo. Hitler chegou ao poder sem resistência do proletariado. Quando não há direção revolucionária para responder à miséria, o fascismo canaliza o desespero da classe média contra a classe operária. As massas buscam melhora nas condições de vida, quando não veem caminho no reformismo, são arrastadas para o movimento reacionário do fascismo, que não rompe com o capitalismo, mas com a forma democrática do Estado burguês.

O antagonismo entre classe operária e burguesia só aparece quando a classe operária dirige os explorados, inclusive a pequena burguesia. A Socialdemocracia surge da política operária, mas quando a abandona, se torna reformista, seguindo o caminho da conciliação de classe, o que leva à desilusão das massas, fortalecendo o caminho do desespero dos movimentos fascizantes (antissistema).

A formação foi concluída com análise da conjuntura atual, como principais pontos: Tendências bélicas e o ataque dos EUA contra a Venezuela; agudização da crise política no Brasil; discussão sobre os pontos da Reforma Administrativa com um chamado à necessidade de organização da luta unificada em defesa dos serviços públicos e pela revogação de todas as contrarreformas. Em resposta a ameaça da Reforma Administrativa, levantar urgentemente a defesa da greve geral do funcionalismo público e que o movimento

rompa com o corporativismo e atue pela unidade dos explorados pela luta unificada para derrubar o conjunto das contrarreformas que atacam os empregos, salários e direitos. Nenhuma ilusão nos rumos das eleições burguesas. Que as centrais, sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares devem organizar os explorados por suas reivindicações sob os métodos próprios de luta, e que este é o caminho para combater ao avanço da ultradireita.

36 anos do POR

Partido 



Iniciamos no Jornal Massas 743 a exposição sobre os 36 anos do POR. No jornal anterior, concluímos a apresentação do Programa do POR, aprovado no III Congresso, em 1993. O IV Congresso de 9 e 10 de julho de 1994 decidiu por adotar uma Plataforma Programática, de maneira que constituiu um todo com o programa. O título Plataforma Programática reúne uma série de pontos que respondem tanto estratégica como imediatamente a linha de intervenção e de construção do POR no interior da luta de classes.

Na base da construção partidária, se encontra o Programa de Transição da IV Internacional, aprovado em setembro de 1938. As respostas às particularidades da situação conjuntural guardam relação com a estratégia, a tática e o método marxista-leninista-trotskista, elaborados rigorosamente nos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista (1919-1922), sintetizados e melhorados no Programa de Transição. O POR afirma que

“a elaboração do programa revolucionário é uma tarefa que nunca cessa”.

A Plataforma consta de dezoito pontos: 1) O Programa de Transição da IV Internacional; 2) Etapa de ofensiva imperialista e barbárie social; 3) Brasil país semicolonial; 4) A independência nacional; 5) Revolução agrária; 6) Unidade nacional; 7) Desconhecimento da dívida externa e defesa do estatismo; 8) Expropriação dos monopólios industriais e financeiros; 9) A estratégia da ditadura do proletariado; 10) O programa operário e camponês; 11) Controle operário da produção; 12) Defesa da vida das massas: a) salário mínimo vital; b) escala móvel de horas de trabalho e salários; c) habitação saúde e educação a todos; d) contra toda forma de opressão e discriminação social; 13) Sindicato, independência política e democracia proletária; 14) Piquete de greve, comitês de autodefesa, milícia operária e armamento do proletariado; 15) Internacionalismo proletário; 16) Reconstruir a IV

Internacional, construindo o Partido Revolucionário Internacionalista; 17) Defesa da autodeterminação dos povos; 18) Estados Unidos Socialista da América Latina.

O Congresso aprovou ainda resoluções: 1) A crise estrutural brasileira; 2) A estratégia neoliberal; 3) Resposta do reformismo à crise; 4) A crise do Estado; 5) Burocratização e estatização dos sindicatos; 6) Estratégia do reformismo para um novo período; 7) As tarefas e a tática.

Como se pode ver, o IV Congresso se caracteriza pelo esforço do POR em traduzir o programa do III Congresso em guia prático, considerando e respondendo as várias questões que juntas evidenciam a decomposição do capitalismo e a polarização entre o proletariado e a classe burguesa.

Abaixo transcrevemos parte de cada um dos pontos:

O Programa de Transição da IV Internacionall

“Três premissas se destacam: 1) a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção configuradas pela propriedade privada dos meios de produção e exploração do trabalho; 2) a revolução por sua forma é nacional, mas pelo seu conteúdo é internacional; 3) a classe operária é a classe revolucionária que destruirá o capitalismo”. (...)

“A libertação das massas oprimidas, tendo o proletariado como direção, se dará através da destruição do imperialismo, como sistema capitalista dominante. O fim da opressão de classe (exploração do trabalho) se combina com o fim da opressão nacional. A revolta das massas contra a exploração e a ameaça de destruição física de camadas inteiras se projetam em revolta mundial contra a opressão imperialista. A luta anti-imperialista e anticapitalista formam uma unidade programática da revolução e ditadura proletárias. A particularidade das transformações nos países semicoloniais, como o Brasil, é a resolução das

tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado se dará sob a ditadura do proletariado. Essa é uma das teses fundamentais da revolução permanente, que deve ser verificada nas ocorrências objetivas do país”. (...)

“A desintegração mundial do capitalismo, golpeada pela crise de superprodução e pela tendência à queda das taxas de lucro dos trustes, torna o imperialismo mais voraz e violento. O bloqueio das forças produtivas, encarnadas pelas relações monopolistas de produção, obriga os governos capitalistas a destruírem parte delas. Estagnação e recessão são as tendências dominantes da economia mundial”. (...)

“É nesse quadro que se desenvolve a guerra comercial interimperialista e, ao mesmo tempo, fechamento das fronteiras nacionais das grandes potências, que se refugiam no protecionismo. As tentativas de formação de blocos comerciais vêm nesse sentido, oposto, portanto, ao apregoado pela propaganda neoliberal”. (...)

“A crise mundial arrasta nações inteiras para o precipício, sendo as massas dos países atrasados sacrificadas em nível de barbárie: fome e destruição física de milhões”. (...)

“A restauração burguesa do Leste Europeu, Rússia, China etc. é uma válvula de escape para o capital financeiro. É parte da estratégia imperialista para enfrentar o impasse

da economia mundial. A destruição das conquistas revolucionárias do proletariado nesses países não leva ao desenvolvimento das forças produtivas internas e à melhoria de vida das massas. Ao contrário, a penetração imperialista e a reconstrução da burguesia tornam a ex-URSS em semicolônia, em bolsão de miséria e impõe o atraso. Sem a reação do proletário e a revolução política, que restabeleça a ditadura do proletariado, a barbárie se imporá como condição de sobrevivência do sistema de exploração do trabalho”.

Observação: quando o IV Congresso se reuniu, havia passado dois anos e cinco meses que a URSS tinha sido desintegrada e a “Reforma e Abertura” restauracionista de Deng Xiaoping faziam dezesseis anos. De lá para cá, perfizeram 34 anos e cerca de 47 anos, respectivamente. Parte das avaliações do IV Congresso que se acham expressas na passagem sobre a restauração se apoiaram em formulações e prognósticos de Trotsky. Evidentemente, mereceu um ajuste no XVI (fevereiro de 2022) e XVII (março de 2024) do POR, bem como no V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) – (setembro de 2022). O leitor poderá consultar os documentos congressuais no livro “Internacionalismo Proletário”, de maio de 2024.

Nesta edição:

108 anos da Revolução Russa:

Ato político do POR em homenagem ao aniversário da Revolução de outubro;

Argentina:

Organizar a resistência para derrotar Milei com os métodos da luta de classes;

Bolívia:

Não permitir o retorno da DEA (Agência de Combate às Drogas);

33 da liquidação da URSS:

“Sobre as divergências reais e supostas”.

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



I 08 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917

No dia 26 de outubro, o Partido Operário Revolucionário realizou o ato-político em homenagem aos 108 anos da Revolução Russa. O ato foi dividido em três partes: 1) exposição sobre a atualidade das lições da Revolução de Outubro de 1917, que contou dos seguintes pontos:

I. Por que o POR tem sistematicamente aproveitado o momento da Revolução Russa

1) Só é possível construir o partido marxista-leninista, em qualquer parte do mundo, se se assimilar as experiências das revoluções proletárias, especialmente, as da Revolução Russa;

2) Com o processo de restauração capitalista, liquidação da URSS e agravamento da crise de direção, a tendência das correntes de esquerda é a de se distanciarem cada vez mais da Revolução Russa;

3) É preciso combater as pressões que levam à diluição dos acontecimentos ocorridos a mais de um século e, assim, ao afastamento dos fundamentos programáticos e teóricos;

4) Em qualquer país em que o proletariado tome a frente da luta revolucionária, retomam as raízes da Revolução Russa;

5) O fundamento e a conquista histórica da Revolução Russa estão intimamente materializados no processo de transição do capitalismo ao socialismo;

6) O reconhecimento do lugar da Revolução Russa na história tem a função prática de construir o partido, formado por quadros marxista-leninista-trotskistas e intimamente vinculado ao proletariado.

II. A Revolução Russa, pelo fato de constituir-se no marco histórico da aplicação do socialismo

científico e das experiências da Comuna de Paris (1871), tornou-se em uma fonte ampla e inesgotável de conhecimento histórico.

- 1) A classe operária como a classe revolucionária por excelência;
- 2) A importância decisiva do partido marxista que se constitui por meio do programa e do trabalho sistemático no interior da luta de classes;
- 3) A necessidade de clareza estratégica e tática (revolução e ditadura proletárias), (o método da ação direta, a insurreição e guerra civil);
- 4) Os fundamentos do internacionalismo proletário;
- 5) A democracia operária e a criação dos soviets.

III. Dois pilares fundamentais da Revolução Russa

- 1) A constituição da URSS (dezembro de 1922)
- 2) A constituição da III Internacional (março de 1919) (Os Quatro Primeiros Congressos)

IV. A contrarrevolução restauracionista que liquidou a URSS e interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo

- 1) A luta de Trotsky em defesa do marxismo-leninismo, contra o revisionismo estalinista;
- 2) A fundação da IV Internacional e o Programa de Transição;
- 3) A dissolução da IV Internacional e o aprofundamento da crise de direção;

V. Conclusões

- 1) O capitalismo em decomposição impulsiona a barbárie social;
- 2) Emerge da crise o programa da revolução social;
- 3) Enfrentar a crise de direção trabalhando pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional;
- 4) As tarefas do CERQUI pela reconstrução da IV Internacional

Após a exposição, formaram-se quatro grupos sobre a base dos documentos: 1) Manifesto dos 108 da Revolução Russa: “Em defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional”; 2) “As tarefas da Revolução, Lênin setembro de 1917; 3) “Marxismo e Insurreição”, Lênin, 13 e 14 de setembro de 1917; 4) “Para onde vai a Rússia Soviética?”, Trotsky, fevereiro de 1929.

Depois de uma hora de estudo dos documentos, cada grupo fez uma síntese das principais formulações. E, em seguida, os participantes fizeram considerações sobre a importância dessa revolução proletária que abriu o caminho para a transição do capitalismo ao socialismo.

No encerramento, os militantes se colocaram de pé e um camarada fez uma colocação geral em defesa do internacionalismo proletário e a importância de fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Todos, de punhos erguidos, deram um Viva à Revolução Russa!

Reproduzimos abaixo a exposição inicial

Em nosso último curso de formação política, estudamos fundamentalmente a América Latina, a guerra na Ucrânia e a

intervenção militar do Estado sionista na faixa de Gaza. Vimos que a tendência é de agravamento da crise mundial. Chegamos a essa conclusão. Todos os acontecimentos vêm confirmando, principalmente com a intervenção dos Estados Unidos contra a Venezuela. Trump, agora, recrudescer o cerco militar com o objetivo claro de derrubar o governo nacionalista de Maduro. Observamos como os governos burgueses latino-americanos se mostram acanhados, incapacitados de fazer uma defesa contra o intervencionismo prepotente dos Estados Unidos na América Latina.

O estudo foi bastante rico. Hoje, vamos dar continuidade com a comemoração da Revolução Russa, que completou ontem 108 anos. Estudaremos a vigência e atualidade desse grande acontecimento, que levou e manteve a classe operária no poder pela primeira vez e expropriou a burguesia.

Qual é a atualidade da Revolução Russa? Notamos que as correntes de esquerda, ou estão esquecendo a Revolução Russa, deixando-a para trás, como se fosse algo perdido no passado longínquo. Ou então, quando comemoram a Revolução Russa, colocam-na lá no passado, sem trazê-la ao presente.

Nós que construímos o Partido Revolucionário, cada vez que estudamos um acontecimento histórico é para esclarecer, clarear o que se passa no momento presente e quais são as lições do passado que servem ao presente. O estudo acadêmico é aquele que coloca o passado no passado e ali fica. Pode mostrar as grandezas do passado, mas ali está enterrado. E só serve às vezes para discursos, para teses e assim por diante. Nosso ato político não tem esse caráter. É por isso que estou introduzindo esta apresentação justamente com esta pergunta: O que tem a ver a Revolução Russa com os dias de hoje?

Vejam que, segundo nossa compreensão, é preciso enfrentar a crise de direção, que é o grande problema da humanidade. Essa tarefa implica construir os partidos revolucionários e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Essa enorme tarefa não tem como ser realizada se nós não assimilarmos as lições do passado. Se em nossos programas, se em nossa formação dos quadros revolucionários, não estiver presente essa assimilação, esse conhecimento das revoluções.

Os camaradas sabem que não ocorreu apenas a Revolução Russa. Tivemos a grande Revolução Chinesa de 1949, que tem uma importância igualmente transcendental para a luta dos marxistas, em direção à abolição do capitalismo e construção da sociedade sem classes, o comunismo. Nós tivemos a importante Revolução Cubana aqui na América Latina. Mas nenhuma dessas revoluções teve a dimensão da Revolução Russa.

Também podemos lembrar que a Revolução Russa não foi a primeira. A primeira foi em 1871, com a tomada do poder pelo proletariado e constituição da Comuna de Paris, quando Marx atuava na Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional.

Então vejam que a Revolução Russa foi a segunda Revolução Proletária na história da luta operária pelo socialismo. A primeira, a Comuna de Paris, confirmou a tese do socialismo científico de que a classe operária é a única classe revolucionária capaz de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, portanto, de tomar o poder do Estado. A classe operária é a única classe com esta capacidade, e não outras classes, como os camponeses, a classe média e as classes médias urbanas da atualidade. Vale lembrar que, na época de Marx, não havia essa classe média urbana desenvolvida como temos hoje.

Essas outras classes estão vinculadas à propriedade, somente o proletariado não possui esse vínculo. Está, portanto, em contradição com a propriedade privada dos meios de produção, está em choque com a propriedade. Por isso constitui a força de trabalho como a força motriz de criação da riqueza e a força motriz explorada que, para dar continuidade ao desenvolvimento das

forças produtivas, precisa derrubar o poder da burguesia. Isso se manifestou de uma maneira cristalina na Comuna de Paris. Mas a Comuna de Paris não estava ainda amadurecida, o capitalismo ainda estava entrando na sua fase de decomposição e o movimento operário internacional também não tinha um desenvolvimento como vai demonstrar em 1917 com a Revolução Russa.

Uma dimensão da Revolução Russa é que ela libertou os camponeses da opressão latifundiária que vinha do passado feudal e permitiu que as terras nacionalizadas fossem entregues aos camponeses. Outra é que ela libertou as nações oprimidas do Império Czarista, que mantinha sob seu controle a exploração de inúmeras nacionalidades.

A Ucrânia, que agora enfrenta uma guerra com a Rússia, era uma das nacionalidades oprimidas. Ao ponto de que o movimento nacionalista ucraniano lutava contra a revolução porque queria ter uma separação, ter um estado próprio em separado. A via da constituição da URSS mostrou aos oprimidos ucranianos que a solução de seus velhos problemas históricos dependia da união das nacionalidades oprimida em torno à transição do capitalismo ao socialismo. Nesse mesmo sentido, a Revolução Russa permitiu àqueles que moravam no Azerbaijão, na Geórgia, e em outras latitudes do império czarista, em uma vastidão continental, tivessem o seu direito à autodeterminação como nação oprimida.

Pela primeira vez, uma revolução realizou um grande feito, que é não só o de libertar as nações oprimidas como uni-las, unificá-las. Isso quando o capitalismo coloca uma nação contra outra constantemente. No capitalismo, na sua fase imperialista, não só um punhado de nações oprime a maioria, como joga nação oprimida contra nação oprimida.

De que forma que se realizou essa união e unificação? Se realizou através da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Isto é um feito inédito na história de luta contra as opressões. Sobre a conquista da autodeterminação só vou falar de passagem. Mas vejam: enquanto a URSS unia os povos - temos outros exemplos de lutas nacionais, como na África ou na América Latina, que tiveram suas lutas pelas independências, mas as independências formais nunca conseguiram libertar as nações oprimidas da opressão.

Mas por que a URSS uniu os povos? Porque a luta era pelo socialismo, e não pela manutenção do capitalismo. Porque só há um caminho e forma de unir os povos oprimidos, a não ser a luta pelo socialismo. Enquanto se permanecer no terreno do capitalismo, as lutas democráticas jamais poderão levar a uma unidade entre as nações oprimidas.

Então vejam que a criação da URSS foi um grande passo, um grande acontecimento nas aspirações dos povos oprimidos.

Se nós fôssemos aplicar esse acontecimento, por exemplo, no que se passa hoje na Faixa de Gaza, com o massacre dos palestinos, vocês verificariam que quando o império otomano se desfez, havia um tipo de opressão que os turcos da classe dominante realizavam sobre aquelas nacionalidades, então veio o imperialismo, desmontou o império otomano e criou uma série de nações subordinadas ao grande capital.

Primeiro ao domínio inglês e, em seguida, ao norte-americano. Se vocês olharem o que aconteceu na Rússia, essa união, advinda da revolução, verão que era e continua sendo a única maneira dos povos oprimidos se emanciparem e pararem de lutar uns contra outros. Porque a Arábia Saudita tem de estar em guerra com o Irã? Porque o Irã tem de estar em posição de guerra com outros países, como o Egito? O único motivo são os interesses de grupo capitalistas que levam as nações a se chocarem. A própria criação do Estado de Israel foi uma imposição de guerra aos palestinos. No socialismo, principalmente no seu estágio mais avançado, que é o comunismo, não haverá nenhuma razão para conflitos e guerras entre nacionalidades. Essa é uma grande lição que vem da criação

da URSS. Olhe a projeção programática que teve a Revolução Russa. Então esse era o segundo ponto que eu queria falar.

O terceiro ponto é a base de todos os aspectos anteriormente expostos: é a expropriação do capital, é a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, como estabelece o socialismo científico de Marx e Engels; que é a essência do processo de transformação do capitalismo no sentido da sociedade sem classes. A burguesia foi expropriada na Revolução Russa, seu método foi o da expropriação revolucionária. A nacionalização e estatização dos meios de produção estabeleceram a transição do capitalismo ao socialismo.

Quarto ponto, que também tem atualidade: a classe operária só pode realizar essas tarefas se como classe revolucionária estabelecer a sua ditadura de classe contra a burguesia, contra a minoria exploradora. Vocês devem recordar que Marx, em seu balanço, Guerra Civil na França, vai dar uma grande importância à derrota da Comuna de Paris. Vocês não de recordar as massas insurretas não puderam, por meio do proletariado, estabelecer sua ditadura de classe. E a ditadura proletária é o domínio da classe operária sobre o Estado e sobre os meios de produção.

Quinto ponto: a construção da Terceira Internacional. Em 1919, portanto, dois anos após a revolução, realiza-se o Congresso de fundação. Sua constituição como Partido Mundial da Revolução Socialista é o mais avançado passo no sentido de unir programaticamente o proletariado em toda a parte. A Primeira Internacional foi constituída antes da revolução; dirigida por Marx, é anterior à Comuna de Paris, que é de 1871 (o Congresso de fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores é de 1864).

Vejam que a Terceira Internacional foi o resultado de uma revolução. Ela tinha por trás a Comuna de Paris e a Primeira Internacional. Mas por que uma terceira internacional? Aí vem o outro elemento chave, que foi fundamental na revolução russa: o combate do bolchevismo, do partido revolucionário, contra o revisionismo da socialdemocracia, que abandonou as experiências revolucionárias da Comuna de Paris, as teses do Manifesto Comunista e os fundamentos do socialismo científico. Abandonou, portanto, a tática revolucionária. O revisionismo da Segunda Internacional demonstrou que esses partidos que dominavam sua direção estavam carcomidos pelo nacionalismo. Por isso que o partido alemão vai apoiar a burguesia alemã; na França, a socialdemocracia fará o mesmo; cada um dos partidos revisionistas irá apoiar uma fração da burguesia imperialista em nome da defesa nacional do país diante da Primeira Guerra mundial. Por isso que o revisionismo da socialdemocracia atingiu o pilar do socialismo científico, que é o internacionalismo.

Como diz o Manifesto Comunista: a revolução começa num determinado país, com uma forma nacional, mas seu conteúdo é internacional. Esse é o fundamento. Como se pode observar, o último ponto diz respeito à construção do partido bolchevique na Rússia e a constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Com isso sintetizo uma primeira parte da minha colocação sobre esses 108 anos. Todos esses pontos mantiveram sua atualidade. Vejamos primeiro: as massas camponesas do mundo inteiro continuam oprimidas, ou não? As nações oprimidas continuam

LANÇAMENTO!

**INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO**

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$40

**INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO**

GUERRAS NA UCRAÍNA E NA
FAIXA DE GAZA POTENCIAM
A CRISE MUNDIAL
RESOLUÇÕES, MANIFESTOS
E DECLARAÇÕES

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



sendo utilizadas umas contra outras, ou não? Sem a expropriação do capital, o que acontece hoje? A riqueza está ultraconcentrada na mão de uma ultraminoria, que está colocando a humanidade em perigo com guerras, com intervenções militares.

Outro ponto de debate é a necessidade de reconstruir a Quarta Internacional. Aí está a atualidade da Revolução Russa. Vejam que esta atualidade certamente tem particularidades do momento, afinal a realidade não é estática. Muitos acontecimentos ocorreram, muitas transformações se impuseram o que fazem com que as conquistas gerais tenham suas particularidades. Vou mencionar uma particularidade: o internacionalismo. Qual a particularidade do internacionalismo hoje? É que ele foi varrido da classe operária. A Terceira Internacional foi varrida da classe operária e a Quarta Internacional não conseguiu se estabelecer como partido mundial da revolução. Esse é um grande dilema que temos hoje.

Mas vejam que são questões do passado que vêm à atualidade. Então, companheiros e companheiras, quero agora falar particularmente sobre a reconstrução da Quarta Internacional. Esta é uma tarefa que está em nossas mãos. Está nas mãos dos revolucionários. Não se pode ser um revolucionário, não se pode ser um marxista verdadeiro, pleno, se não for profundamente internacionalista. E nós não estamos falando em teorização sobre o internacionalismo. Nós não estamos falando simplesmente em princípios. Nós estamos falando em experiência. É essa experiência, construindo o POR, que nos pertence, porque é com essa experiência que nós levantaremos os princípios, os fundamentos; é a base do materialismo histórico, é a base do materialismo dialético.

E todas as correntes de esquerdas que se reivindicam do marxismo, todas estão diante dessas heranças do passado. Ou essas heranças do passado são tomadas como presente para responder à realidade, ou a corrente ficará fora do marxismo, se decompôr. E, no momento, estamos assistindo a uma explosão de divisão nas correntes que se reivindicam da Quarta Internacional. Inúmeras correntes surgiram da dissolução da Quarta, uma dissolução que começa em meados de 1950, vai se aprofundar na década de 60 e formar inúmeras correntes com frações, divisões e subdivisões. Agora mesmo estamos vendo uma divisão no PSTU e outra na Esquerda Marxista/OCI. Essas subdivisões são expressões da incompreensão da própria vanguarda que tinha de assimilar o passado e aplicar suas lições no presente.

Uma das lições importantes do bolchevismo é que o Partido Revolucionário existe e sobrevive unicamente da sua teoria, do seu programa e de sua ação concreta na luta de classes. Esses aspectos todos são contrários aos aparatismos. As lutas de camarilha nas correntes são lutas aparatistas. Quando você espreme para ver as divergências, não encontra os fundamentos programáticos; encontra estilhaços de divergência, mas não os fundamentos programáticos. Veja que, quando nós analisamos a cisão que houve na socialdemocracia russa, em que Lênin construiu a sua fração bolchevique, vamos ver que não são estilhaços. Ali estava presente uma revisão de fato do marxismo. Isso foi demonstrado no processo prático da revolução. Se pegarem a questão da segunda internacional, vão observar que era exatamente esses problemas programáticos que levavam a essas divisões.

Então, para nós, essa atividade não é uma simples comemoração. Não é uma formalidade dos 108 anos da revolução russa. Para nós, é uma necessidade de aprender e aplicar, aplicar e aprender. Analisar constantemente o que fazemos, os nossos defeitos, nossos erros, corrigi-los e ir superando as fraquezas que vêm da crise de direção, que é problema de história, não de voluntarismo de nenhuma corrente.

Esses 108 anos guardam uma importância muito grande para o nosso partido. O POR tem uma tradição de retomar os aniversários da revolução russa para aprender e para incorporar mais um

conhecimento na sua vida real, na sua teoria, no seu programa. Camaradas, nós publicamos este livro quando completou 100 anos da revolução russa. E aqui tem um balanço. Agora nós estamos há oito anos deste livro. E, se os camaradas retomarem os seus escritos, vão encontrar neste livro o esforço do nosso partido em incorporar essas experiências no nosso trabalho cotidiano, na nossa luta política por erguer o partido da revolução proletária e pela reconstrução da Quarta Internacional.

E a pergunta que fica é: por que as outras correntes não lutam por reconstruir a Quarta Internacional? Por que temos tanta divisão se todos nós reivindicamos do trotskismo, do marxismo, do leninismo? Por quê? O que é que explica tantos estilhaçamentos e tantas divisões? Esta é uma pergunta que sempre nos fazemos. E nós vamos encontrar essa explicação na história da Revolução Russa. É lá que vamos achar essas raízes. E aí está um ponto que é de grande importância nesse Ato: a Revolução Russa iniciou a transição do capitalismo ao socialismo, mas poderia ser derrotada por uma contrarrevolução. Como foi derrotada, finalmente, pela contrarrevolução stalinista que liquidou a URSS. Que liquidou a Terceira Internacional. E uma particularidade nessa história: Stalin ajudou o imperialismo a apoiar a resolução da ONU para criar um Estado sionista de Israel. Veja onde chegou o stalinismo. E por isso a luta contra o stalinismo não é uma luta pequena. Não é uma luta de certos interesses menores. A luta contra o stalinismo, assumida por Trotsky, foi a luta contra o processo de restauração capitalista que interrompe a transição do capitalismo ao socialismo. E por isso foi uma luta de morte de Trotsky e da oposição de esquerda.

Acompanhando a luta de Trotsky, no combate à contrarrevolução, aprendemos com ela o quanto é grave o fato da direção que herdou a Quarta Internacional, depois do assassinato de Trotsky em 1940, revelar suas raízes de classe tipicamente pequeno-burguesa, ou seja, não estar à altura de um trabalho de aprendizado dos ensinamentos que a Revolução Russa deixou. Isto levou a que a Quarta Internacional se fragmentasse. Isto levou a que chegassemos a um grau de dificuldade de lutar contra o capitalismo quando o capitalismo está em decomposição. Dificuldade quando o capitalismo está expondo claramente suas vísceras. Está expondo claramente que em todo o seu horizonte não existe nada mais que a barbárie.

Essa luta contra o capitalismo, uma luta contra esse sistema esgotado historicamente, que está em sua fase última imperialista, depende dos partidos revolucionários. E por isso depende da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. É isto que estamos fazendo hoje ao realizar os 108 anos da Revolução Russa. O POR, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), está comprometido, como se comprometeu em todo o passado de sua construção, honrar os explorados que caíram combatendo na Primeira Guerra Mundial, que tombaram enfrentando à reação na própria Rússia, que enfrentaram os embates nos soviets contra o governo do partido socialista revolucionário e o partido menchevique – que chegaram ao poder em uma coalizão com Kerenski e estavam afundando os soviets. O partido bolchevique, com uma política marxista-leninista, conseguiu ganhar a maioria nos soviets e, portanto, aproveitar todas as condições que a guerra estava promovendo. A guerra levou uma parte dos soldados a se unir aos bolcheviques, o que permitiu à classe operária tomar o poder pela via da insurreição.

Então esse é o sentido da nossa comemoração dos 108 anos da revolução russa.

Viva os 108 anos da Revolução Russa!

Em defesa da URSS!

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Argentina

Organizar a resistência para derrotar Milei com os métodos da luta de classes

O resultado das eleições não muda nada de essencial do regime de dominação. O poder continua exatamente nas mesmas mãos de quem o tinha no dia anterior. No entanto, esse resultado mostra os traços de uma profunda crise política. A catástrofe econômica e social continuará se aprofundando.

Alto abstencionismo: 32%, o maior abstencionismo desde o fim da última ditadura militar. Apenas 68% dos votantes sufragaram. Altas porcentagens de votos em branco e nulos.

O abstencionismo é uma expressão eleitoral do esgotamento das ilusões na democracia burguesa, da crescente rejeição da politicagem. Confirma a tendência que foi verificada nas eleições provinciais deste ano. Todos os candidatos, todas as chapas convocaram às urnas, chamaram à necessidade de votar.

Embora seja apresentado como um triunfo nacional, estamos diante de um forte retrocesso de La Libertad Avanza no número de votos. Em 2023, venceu com 14,5 milhões de votos, quase 56% do total de eleitores. Nestas eleições, obteve pouco mais de 9 milhões de votos. Quase 41% sobre um número menor de eleitores. Lembremos que Macri/Cambiemos venceu as eleições legislativas de 2017 com mais de 10 milhões de votos e dois meses depois era um morto político.

Essa enorme perda de votos em dois anos expressa a rejeição da população às políticas do governo nacional. Votos que não foram capitalizados pelas principais forças burguesas da oposição, que também recuaram em votos. Não provocaram nenhum entusiasmo na população. Não nos deixemos enganar pela máquina de propaganda oficial que apresenta o resultado como um grande triunfo.

Era falso que, votando, podíamos derrotar ou segurar Milei. O único caminho para derrotá-lo, bem como aos EUA, ao FMI e às corporações que o apoiam, é através da luta de classes, com os métodos de ação direta de massas da classe operária, lutando pelas condições de vida e trabalho, defendendo a soberania nacional pisoteada e ultrajada pelos EUA.

As mudanças no ministério e as alianças com governadores ou partidos visam garantir a governabilidade para avançar com o mesmo programa de reformas e ajustes. Para continuar com a entrega e a pilhagem do país. O imperialismo e as grandes corporações nacionais dão especial importância à aliança dos setores de direita, amigos, para continuar governando e ajustando.

Poucas vezes houve uma intervenção tão aberta dos EUA em um processo eleitoral. Eles fizeram isso com Macri em 2018, mas não tão descaradamente quanto agora. Trump condicionou expressamente o apoio dos EUA aos resultados eleitorais destas eleições. Na reunião com Milei e seus ministros, a questão central foi o resultado das próximas eleições. Certamente essa intervenção foi importante para um setor ir votar e esquecer por um momento o desastre da economia e os escândalos de corrupção.

Bilhões de dólares foram desperdiçados nos últimos meses e especialmente nas últimas semanas para sustentar o artifício econômico de Milei e evitar sua derrota. A intervenção colonial das últimas semanas dominou o noticiário, deixando de lado os escân-



dalos de corrupção e tráfico de drogas das semanas anteriores.

A diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, apoiou abertamente Milei e diz que o voto popular é importante para ratificar o curso de ajuste e entreguismo. Scott Bessent, secretário do Tesouro dos EUA, fez uma intervenção diária durante um mês na economia argentina para sustentar a cotação do dólar e dar uma imagem da sustentabilidade do governo, anunciando empréstimos, compras de títulos, garantindo que não deixarão o país

dar calote.

Em nenhum distrito houve uma expressão da política revolucionária da classe operária como chapa. Não houve ideias ou debate de ideias na campanha. O POR interveio na campanha com suas bandeiras proletárias, reivindicando o comunismo, que não há possibilidade de reformar o capitalismo esgotado e apodrecido.

Repetimos: o único freio a Milei é o que impõe a luta de classes, a classe operária e a maioria que enfrentam suas políticas, defendendo a soberania nacional, lutando por salários e aposentadoria, por saúde e educação.

Mais elementos para um balanço das eleições

É importante destacar alguns aspectos do balanço eleitoral. A mídia apresenta informações confusas para ratificar o discurso oficial de “grande vitória” de La Libertad Avanza, de Milei, de Trump. Só se pode falar de um triunfo em comparação com o resultado desastroso da marcha da economia, dos protestos crescentes e da derrota eleitoral na província de Buenos Aires, em setembro. Houve um triunfo devido à maior quantidade de deputados e senadores que conquistaram La Libertad Avanza e seus aliados. Houve um triunfo contra um setor do peronismo, que escolheu como adversário.

Milei perdeu 5,2 milhões de votos em comparação com as eleições nacionais de 2023 e ainda assim conseguiu vencer as eleições. Perdeu 36% de seus eleitores. NÃO votaram nele. Em 2023 alcançou 56% dos votos, agora quase 41%. É um retrocesso extraordinário. Ninguém menciona essa informação na mídia. Como isso é explicado? Para onde foram seus votos? Grande parte, 3,2 milhões de votos, foi para o crescimento da abstenção eleitoral e para o crescimento dos votos brancos e nulos de 394.000 votos, chegando a 1,3 milhão.

Se não fizermos esta avaliação corretamente, podemos nos equivocar na caracterização da situação política. Não poucos setores foram golpeados e ficaram deprimidos pelo “triunfo” de Milei. É preciso colocá-lo em seus devidos termos.

Milei, Trump, JP Morgan, o FMI e as grandes corporações cantam vitória e dizem que é hora de pisar no acelerador em todas as reformas, “digamos que temos um mandato popular para seguir em frente”.

O que os balanços escondem é o desastre do peronismo, incapaz de expressar eleitoralmente a raiva popular contra o governo. A abstenção cresce, crescem os votos em branco e nulo, na mesma proporção da desilusão das massas com sua direção histórica, que sequer pode fazer uma reivindicação decente pela presidente do

seu Partido, presa e banida das eleições. Fracassaram rotundamente na sua ilusão de que, votando, Milei poderia ser derrotado ou lhe colocar um freio, que se poderia fazer oposição no Congresso. A CGT e a CTA apostaram no voto, enterrando toda a independência política da classe operária, abandonando as lutas mais importantes dos últimos meses. Devem explicar por que não conseguiram manter o triunfo eleitoral da província de Buenos Aires em setembro. Disseram que este era seu bastião para recentralizar o peronismo nacionalmente, que Kicillof já estava provando o termo de candidato presidencial. A cúpula da CGT estava totalmente comprometida com o governo provincial.

Mas, na Província de Buenos Aires, não conseguiram reter os votos de setembro. Perderam 262.000 votos que teriam sido suficientes para derrotar a chapa Milei/Santilli. Põe a nu os limites de pretender fazer uma oposição parlamentar limitada e virar as costas às principais reivindicações da população nas ruas. A polí-

tica agressiva de choque do capital financeiro contra a nação e os trabalhadores não deixa espaço para suas posições conciliatórias.

(Extraído do Jornal Massas, nº 491, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

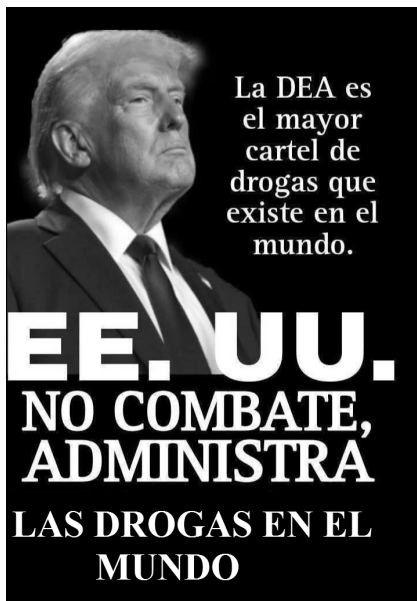


Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

Bolívia

Não permitir o retorno da DEA (Agência de Combate às Drogas)



O imperialismo usa da forma mais cínica a "luta contra o narcotráfico" como instrumento de intervenção em países cujos governos não são totalmente submissos a ele.

O exemplo mais descarado no momento é a ameaça militar contra a Venezuela, cujo governo acusa, sem nenhuma prova, de ser um narcoterrorista responsável por introduzir não apenas a cocaína, mas o fentanil, uma droga sintética mortal 100 vezes mais forte que a heroína, que está causando estragos nos EUA. Mas o que Trump quer da Venezuela é seu petróleo.

A mesma história das "armas biológicas de destruição em massa" do Iraque que não existiam, mas foram o pretexto para derrubar o governo de Saddam Hussein e assassiná-lo. Em 1970, Saddam Hussein nacionalizou petróleo e bancos estrangeiros.

O novo governo de Paz-Lara se declarou a favor do retorno da DEA (Agência de Combate às Drogas) para a luta contra o narcotráfico, submetendo-se à política hipócrita dos Estados Unidos de se vitimizar culpando os cultivadores de coca e os narcotraficantes que fornecem drogas aos grandes mercados de drogas dos países ricos, um flagelo da decadência capitalista.

A drogadição e a sua consequente demanda é tolerada e até sub-repticiamente induzida nos filmes e meios de comunicação do imperialismo porque, em suma, é um negócio gigantesco que é finalmente absorvido pela sua economia.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2859, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Na Bolívia, durante a ditadura de Banzer, o tráfico de drogas foi entronizado no Oriente. Os oligarcas santacruzenhos conviviam abertamente com os capos do narcotráfico; a família do ditador era traficante de drogas, o genro de Banzer, Luis Alberto Valle (Chito), enviava drogas para os EUA em malotes diplomáticos impunemente.

Lembramos também os vínculos do narcotráfico do governo MIRista de Jaime Paz Zamora, pai de Rodrigo Paz, com o capo narcotraficante Oso Chavarria. E não podemos esquecer a megafábrica de coca-

ína "Huanchaca", instalada pela DEA na Cerranía de Caparuch, dentro da Reserva Natural hoje chamada "Parque Nacional Noel Kempff Mercado" em memória desse naturalista que teve a infelicidade de se deparar com a Huanchaca da DEA e foi assassinado junto com os membros da expedição científica que liderou.

Que o imperialismo, responsável por este flagelo da humanidade, resolva o problema em sua própria terra!

LIVRE COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA FOLHA DE COCA!





33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Iniciamos no *Jornal Massas* 743 o estudo da Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. No *Massas* 744, expusemos os capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. No *Massas* 745, demos continuidade com o capítulo V “A indústria do Estado e a edificação do socialismo”. No *Massas* 746,

fizemos a exposição do capítulo VI “Os Sovietes”. No *Massas* 747, tratamos do capítulo VII “A Questão Nacional”. No *Massas* 748, demos continuidade à apresentação de Plataforma da Esquerda Unificada de 1927, expondo o capítulo VIII sobre a importância histórica do partido leninista, não só para a tomada do poder como para levar adiante o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Os capítulos IX, “A Liga da Juventude Comunista” e X, “Nossa situação internacional e o perigo da guerra”

foram tratados no *Massas* 749. “A derrota da revolução chinesa e suas causas”, expusemos no *Jornal Massas* 750. Demos sequência concluindo o capítulo X “A estabilização parcial do capitalismo e a tática da Internacional Comunista” e “Conclusão Principal”. Agora, apresentaremos o capítulo “Sobre as divergências reais e supostas” (capítulo XII). Observação: saltamos o capítulo XI “O exército e a marinha”, porque é muito sintético e por se limitar a uma consideração geral.

“Sobre as divergências reais e supostas”

Esse capítulo expõe o método sobre como se desenvolve uma divergência. As deformações e falsificações sobre os argumentos do adversário, por si só, revelam a necessidade de afastar a crítica e autocritica como prática fundamental nos embates de posições. Stalin e seu grupo ao refutarem as análises, explicações e diretrizes da Oposição de Esquerda, desviando as posições verdadeiras para supostas ou imaginárias, evidenciavam suas debilidades programáticas. Tornou-se necessário um capítulo especial da Plataforma da Oposição para desfazer as confusões e mentiras. Assim, introduz: “Nada testemunha melhor a errônea orientação política do grupo de Stalin do que a sua incessante determinação de lutar, não contra nossas opiniões reais, mas contra opiniões imaginárias, que não sustentamos nem temos em nenhum momento sustentado. (...) O grupo de Stalin sabe perfeitamente que, se pudéssemos defender nossas verdadeiras opiniões com um mínimo de liberdade, a imensa maioria dos membros do partido se colocaria de nosso lado”.

A Plataforma demonstra os desvios dos estalinistas em dezoito pontos. Exporemos alguns deles:

1) “Quando declaramos que a atual estabilização do capitalismo não é uma estabilização que iria durar décadas e que nossa época continua sendo uma época de guerras imperialistas e revoluções sociais (Lênin), o grupo de Stalin nos atribui a negação de todos os elementos de estabilização do capitalismo”;

2) “Quando afirmamos, de acordo com as palavras de Lênin, que para a construção de uma sociedade socialista em nosso país é necessária a vitória da revolução proletária em um ou mais países capitalistas avançados que a vitória final do socialismo em um país, e sobretudo em um país atrasado, é impossível como demonstraram Marx, Engels e Lênin, o grupo de Stalin responde com uma afirmação absolutamente falsa de que ‘não acreditamos’ no socialismo e na edificação do socialismo na União Soviética”;

3) “Quando, seguindo Lênin, assinalamos as crescentes deformações burocráticas de nosso Estado proletário, o grupo de Stalin nos atribui a opinião de que nosso Estado Soviético em geral não é um Estado proletário. (...)”;

5) “Quando assinalamos o enorme desenvolvimento ‘do kulak; quando, seguindo Lênin, continuamos afirmando que ‘o kulak não pode entrar pacificamente no socialismo’ que é o inimigo mais perigoso da revolução proletária, o grupo de Stalin nos acusa de querer ‘despojar os camponeses’;

6) “Quando chamamos a atenção do partido sobre o fato do fortalecimento da posição do capital privado, do descontrolado desenvolvimento de suas acumulações e sua influência no país, o grupo de Stalin nos acusa de atacar a NEP e de pedir uma restauração do comunismo de guerra”;

12) “Quando nos opomos a uma política baseada nos generais chineses; quando nos opomos à submissão da classe operária chinesa ao Kuomintang burguês; quando nos opomos à tática menchevique de Martinov, somos acusados de combater ‘a revolução agrária na China’;

13) “Quando, baseando-nos em nossa avaliação da situação mundial, chegamos à conclusão de que se aproxima a guerra e prevenimos a tempo o partido, os estalinistas nos acusam vergonhosamente de que ‘desejamos a guerra’;

14) “Quando de acordo com os ensinamentos de Lênin, mostramos que a proximidade da guerra exige uma política de classe muito mais firme, inflexível e concreta, os estalinistas afirmam desavergonhadamente que não queremos defender a União Soviética, que somos ‘defensores condicionais’, semiderrotistas etc.”;

17) “Quando, sob o atual regime de deformação que sofre o partido, os oposicionistas, em sua abnegação ao partido procuram informar aos demais membros de suas verdadeiras opiniões, são expulsos do Partido Comunista Russo. São acusados de ‘fracionalistas’, se lançam investigações para demonstrar supostas tentativas de dividir o partido. (...)”;

18) “A acusação favorita desses últimos anos é a de que acreditamos no ‘trotskismo’. Já declaramos diante da Internacional Comunista: ‘não é certo que defendemos o trotskismo. Trotsky declarou à Internacional que em todas as questões de princípio sobre as quais discutiu com Lênin, Lênin tinha razão, e em particular no que respeita à questão da revolução permanente e dos camponeses’. O grupo de Stalin se negou a publicar essa declaração feita diante da Internacional Comunista. (...) A declaração citada se refere unicamente, por suposto, às divergências passadas entre Trotsky e Lênin e não a essas ‘divisões’ inventadas sem escrúpulo por Stalin e Bukharin. A relação que pretende descobrir entre nossas diferenças do passado distante e as divergências práticas que surgiram no curso da Revolução de Outubro é imaginária. (...) A presente Plataforma é a melhor resposta à causação de ‘trotskismo’. Tudo o que se leia, atestará que se funda desde a primeira a última linha nos ensinamentos de Lênin e se acha preenchida do espírito genuíno do bolchevismo”.

Esses questionamentos estiveram longe de uma discussão pela discussão. O objetivo foi o de chamar a atenção do partido para a necessidade de colocar a divergência no terreno objetivo. Somente se poderia dar um curso positivo ao enfrentamento da Oposição de Esquerda à fração majoritária dirigida por Stalin, se houvesse uma discussão verdadeira. O que certamente já não era possível àquela altura em que a burocracia estalinista precisava esmagar a Oposição leninista, com os métodos e meios completamente opostos aos do marxismo.

(As citações foram extraídas “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L., Buenos Aires, 1973)